

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.080	103.591	31.838	152.816
Investimentos de curto prazo	4	1.117.550	848.268	1.330.916	881.148
Contas a receber de clientes	5	252.430	378.042	342.508	438.825
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	14.607	13.822	23.626	21.859
Cauções e depósitos vinculados	9	39.388	35.410	46.901	73.790
Outros ativos	10	15.527	14.057	29.370	27.584
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.449.582	1.393.190	1.805.159	1.596.022
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	5	13.075	13.075	13.075	13.075
Tributos diferidos	7	-	-	3.357	1.276
Créditos fiscais de ágios incorporados	8	107.483	123.576	107.483	123.576
Cauções e depósitos vinculados	9	51.441	69.641	107.431	159.765
Outros ativos	10	15.176	2.029	8.273	4.647
Investimento	11	2.971.023	1.797.605	-	-
Imobilizado, líquido	12	2.808.342	2.912.681	5.535.588	5.487.291
Intangível	13	41.505	42.711	218.546	216.953
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.008.045	4.961.318	5.993.753	6.006.583
TOTAL DO ATIVO		7.457.627	6.354.508	7.798.912	7.602.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	14	1.190.419	1.047.239	1.228.330	1.111.808
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	425.420	57.701	461.804	120.927
Passivo de arrendamento	17	714	-	1.063	-
Tributos a pagar	15	20.775	47.429	26.296	52.424
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	38.867	41.585	38.867	41.585
Provisões para processos judiciais e outros	19	3.594	3.933	43.346	36.410
Encargos setoriais	20	18.299	11.921	18.459	12.004
Outras obrigações	21	67.211	47.306	85.759	65.917
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.765.299	1.257.114	1.903.924	1.441.075
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	3.662.808	2.985.659	3.793.141	4.007.001
Passivo de arrendamento	17	19.509	-	61.664	-
Tributos diferidos	7	315.051	367.588	315.233	367.662
Obrigações com entidade de previdência privada	18	89.001	32.139	89.001	32.139
Provisões para processos judiciais e outros	19	98.361	92.491	98.361	92.491
Encargos setoriais	20	9.726	15.788	9.726	15.788
Outras obrigações	21	46.702	80.255	76.692	122.975
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.241.158	3.573.920	4.443.818	4.638.056
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social subscrito e integralizado	22	474.607	416.646	474.607	416.646
Reserva de capital	22.1	141.552	199.078	141.552	199.078
Reservas de lucros	22.1	209.271	178.818	209.271	178.818
- Legal	22.1	94.921	83.329	94.921	83.329
- Reserva de investimentos	22.1	16.873	16.873	16.873	16.873
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	22.1	97.477	78.616	97.477	78.616
Ajustes de avaliação patrimonial	22.1	685.646	743.629	685.646	743.629
Outros resultados abrangentes	22.1	(59.906)	(14.697)	(59.906)	(14.697)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.451.170	1.523.474	1.451.170	1.523.474
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.457.627	6.354.508	7.798.912	7.602.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	1.678.374	1.712.322	2.049.723	1.923.533
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com Energia Elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	26	(465.419)	(491.051)	(459.189)	(387.896)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	26	(134.295)	(132.879)	(154.716)	(149.517)
Taxa de fiscalização		(8.169)	(6.794)	(10.092)	(7.779)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(51.089)	(41.912)	(51.089)	(41.912)
Custo de Operação					
Pessoal e administradores		(133.557)	(123.689)	(134.779)	(126.589)
Entidade de previdência privada	18	(8.095)	(4.802)	(8.082)	(4.831)
Serviços de terceiros		(101.515)	(94.694)	(154.157)	(152.652)
Material		(12.738)	(9.236)	(13.907)	(15.314)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	19	(621)	(1.195)	(711)	(1.195)
Depreciação e amortização		(171.511)	(176.109)	(306.789)	(275.687)
Outras receitas e despesas operacionais	27	(17.392)	(20.671)	(33.142)	(29.053)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(1.104.401)	(1.103.032)	(1.326.653)	(1.192.425)
LUCRO BRUTO		573.973	609.290	723.070	731.108
Resultado de equivalência patrimonial	11	127.853	14.434	-	-
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	11	(2.478)	(10.218)	-	-
Receitas financeiras	28	75.215	101.088	84.734	106.825
Despesas financeiras	28	(415.757)	(327.926)	(447.206)	(435.196)
Variações cambiais, líquidas	28	(2.064)	14.360	7.401	13.277
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(342.606)	(212.478)	(355.071)	(315.094)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		356.742	401.028	367.999	416.014
Contribuição social	7	(22.288)	(35.537)	(26.614)	(39.051)
Imposto de renda	7	(52.321)	(93.686)	(61.226)	(100.358)
Contribuição social diferida	7	4.842	4.791	5.482	3.313
Imposto de renda diferido	7	13.144	11.367	14.478	8.045
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(56.623)	(113.065)	(67.880)	(128.051)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		300.119	287.963	300.119	287.963
Lucro por ação (em reais)					
Básico	24	0,15168	0,14637	0,15168	0,14637
Diluído	24	0,14882	0,13983	0,14882	0,13983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	300.119	287.963	300.119	287.963
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro				
Remensuração da obrigação de benefício definido	(51.563)	(26.159)	(51.563)	(26.159)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação de benefício	17.531	8.895	17.531	8.895
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro				
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	(9.380)	-	-	-
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	(2.723)	1.778	(12.197)	1.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	926	(605)	1.020	(605)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	254.910	271.872	254.910	271.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TIETÉ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reservas de Capital				Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido		
		Reserva especial de ação	Remuneração de bônus e direitos	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de investimentos					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		416.646	186.570	9.405	2.414	117	(68)	83.329	8.463	47.678	801.742	1.394	287.963	1.537.690
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287.963	-
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287.963	-
Remuneração da obrigação de benefício definido	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.159)	(26.159)
Imposto de renda e contribuição social sobre remuneração da obrigação de benefício definido	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.895	8.895
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.778	1.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(605)	(605)
Transações com os acionistas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações	23	-	-	-	425	-	-	-	-	-	-	-	425	425
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201	201
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório de 2017 pagos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.678)	-	-	(47.678)	(47.678)
Distribuição de dividendos intermediários	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(211.888)	(211.888)
Juros sobre o capital próprio declarados	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.363)	(47.363)
Venda de ações em tesouraria		-	-	-	-	147	68	-	-	-	-	-	-	215
Mutações internas do Patrimônio Líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.050)	-	88.050	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.337	-	(29.337)	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.616)	-
Constituição de reserva de investimentos	23	-	-	-	-	-	-	-	8.410	-	-	-	(8.410)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		416.646	186.570	9.405	2.839	264	-	83.329	16.873	78.616	743.629	(14.697)	300.119	1.533.474
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.119	-
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.119	-
Remuneração da obrigação de benefício definido	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.563)	(51.563)
Imposto de renda e contribuição social sobre remuneração da obrigação de benefício definido	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.531	17.531
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.723)	(2.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	926	926
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.380)	(9.380)
Transações com os acionistas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações	23	-	-	-	435	-	-	-	-	-	-	-	435	435
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	520	520
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório de 2018 pagos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.616)	-	-	(78.616)	(78.616)
Distribuição de dividendos intermediários	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.137)	(205.137)
Juros sobre o capital próprio declarados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.416)	(44.416)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital mediante capitalização parcial da Reserva Especial de Ação	22	57.961	(57.961)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.853)	-	87.853	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.870	-	(29.870)	-
Constituição de reserva legal	23	-	-	-	-	-	-	11.592	-	-	-	-	(11.592)	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	-	-	-	97.477	-	-	(97.477)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		474.607	128.609	9.405	3.274	264	-	94.921	16.873	97.477	685.446	(59.906)	300.119	1.451.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	300.119	287.963	300.119	287.963
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	177.903	180.498	313.181	280.076
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	2.478	10.218	-	-
Variação monetária e cambial	82.100	65.492	78.754	65.472
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(2.777)	-	(2.777)
Provisão para processos judiciais e outros	4.271	6.426	4.271	6.426
Marcação a mercado de derivativos	-	(21.885)	(7.752)	(18.094)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	319.518	254.061	345.994	356.621
Juros sobre passivo de arrendamento	1.933	-	5.785	-
Fundo de pensão	6.804	3.372	6.804	3.372
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(63.253)	(84.317)	(68.382)	(86.666)
Baixa de bens do ativo	3.087	1.708	13.673	1.708
Resultado de equivalência patrimonial	(127.853)	(14.434)	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(17.986)	(16.158)	(19.960)	(11.358)
Ações e opções de ações outorgadas	435	425	435	425
Variação de ativos e passivos operacionais	309.055	176.858	216.892	139.901
	998.611	847.450	1.189.814	1.023.069
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(248.336)	(194.935)	(271.779)	(278.658)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(114.078)	(102.252)	(127.615)	(115.644)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(1.505)	(1.346)	(1.505)	(1.346)
Pagamento de processos judiciais e outros	(3.580)	(1.555)	(3.580)	(1.555)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	76.878	63.539	79.336	65.793
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	707.990	610.901	864.671	691.659
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(70.043)	(58.962)	(281.603)	(478.962)
Aumento de capital em controladas	(218.814)	(543.776)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(854.409)	-	-	-
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	(34.103)	(50.000)	(41.578)	(152.517)
Prêmio pago/recebido - opções de compra de moeda estrangeira	-	35.048	-	35.048
Liquidação de instrumento derivativo - NDF	-	-	(4.208)	(929)
Aplicações em investimentos de curto prazo	(2.389.804)	(3.413.648)	(2.653.856)	(3.662.421)
Resgates de investimentos de curto prazo	2.105.367	3.170.645	2.191.029	3.383.852
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	19.127	41.514	89.100	(4.770)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.442.679)	(819.179)	(701.116)	(880.699)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	2.200.000	1.450.000	2.200.000	1.450.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.183.459)	(900.592)	(2.102.790)	(960.904)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(324.142)	(270.061)	(324.142)	(270.061)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	(6.225)	12.013	(6.225)	12.013
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	(2.969)	-	(7.796)	-
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(42.027)	(24.000)	(43.580)	(24.000)
Venda de ações em tesouraria	-	215	-	215
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	641.178	267.575	(284.533)	207.263
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(93.511)	59.297	(120.978)	18.223
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	103.591	44.294	152.816	134.593
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.080	103.591	31.838	152.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
1. RECEITAS	1.888.029	1.922.059	2.276.022	2.146.322
Receita bruta de venda de energia	1.881.242	1.918.045	2.266.013	2.141.257
Outras receitas operacionais	1.612	1.237	4.372	2.288
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.175	2.777	5.637	2.777
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(816.606)	(842.878)	(901.527)	(826.523)
Materiais	(13.062)	(9.543)	(14.231)	(15.621)
Serviços de terceiros	(118.821)	(98.310)	(171.931)	(157.391)
Custo da energia comprada e transmissão	(663.038)	(712.694)	(677.229)	(626.176)
Doações	-	-	-	-
Outros custos operacionais	(21.685)	(22.331)	(38.136)	(27.335)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.071.423	1.079.181	1.374.495	1.319.799
4. RETENÇÕES	(180.381)	(190.716)	(313.181)	(280.076)
Depreciação e amortização	(177.903)	(180.498)	(313.181)	(280.076)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(2.478)	(10.218)	-	-
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	891.042	888.465	1.061.314	1.039.723
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	206.719	120.752	88.668	112.392
Resultado da equivalência patrimonial	127.853	14.434	-	-
Receitas financeiras	78.866	106.318	88.668	112.392
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.097.761	1.009.217	1.149.982	1.152.115
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.097.761	1.009.217	1.149.982	1.152.115
Pessoal	123.018	109.534	124.090	112.043
Remuneração e encargos	92.746	81.475	93.676	83.597
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	14.596	16.528	14.663	16.702
Previdência privada	8.095	4.802	8.082	4.831
FGTS	7.581	6.729	7.669	6.913
Tributos (Governos)	255.963	295.987	285.320	324.653
Federais	158.371	212.158	182.320	239.587
Imposto de Renda e Contribuição Social	56.623	113.065	67.880	128.051
COFINS	68.315	66.043	78.645	75.938
PIS	14.799	14.093	17.024	16.221
INSS	13.779	13.836	13.869	14.130
Encargos sociais - Outros	4.855	5.121	4.902	5.247
Estaduais	16.636	14.286	19.991	14.296
ICMS	16.365	14.164	19.677	14.164
Outros	271	122	314	132
Municipais	391	22	521	264
IPTU	391	20	392	20
ISS	-	2	129	244
Encargos setoriais	80.565	69.521	82.488	70.506
Pesquisa e desenvolvimento	16.104	16.571	16.104	16.571
Taxa de fiscalização - ANEEL	8.169	6.794	10.092	7.779
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	56.292	46.156	56.292	46.156
Remuneração de capital de terceiros	418.661	315.733	440.453	427.456
Juros	417.821	313.566	439.805	421.919
Aluguéis	840	2.167	648	5.537
Remuneração de capitais próprios	300.119	287.963	300.119	287.963
Dividendos e juros sobre o capital próprio	288.527	279.553	288.527	279.553
Constituição de reserva de investimentos	-	8.410	-	8.410
Constituição de reserva legal	11.592	-	11.592	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

O início das operações da Companhia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Solar Guaimbê e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Os parques geradores em operação da Companhia possuem uma capacidade instalada total de 3.343,6 MW e garantia física de 1.497,9 MWh, compostos pelas fontes hidroelétrica, eólica e solares, incluindo geração distribuída:

Em 31 de dezembro de 2019, o percentual da energia assegurada vendida para o portfólio consolidado, considerando-se os projetos em desenvolvimento, é de 79%, 71%, 80%, 74% e 50%, para 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, com preços médios de R\$ 168/MWh e R\$ 165/MWh para 2020 e 2021.

1.1 Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Água Vermelha	1978	6	1.396,2	731,0
Nova Avanhandava	1982	3	347,4	132,1
Promissão	1975	3	264,0	98,8
Bariri	1969	3	143,1	62,7
Barra Bonita	1963	4	140,8	47,8
Ibitinga	1969	3	131,5	70,3
Euclides da Cunha	1960	4	108,9	49,2
Caconde	1966	2	80,4	33,2
Limoeiro	1958	2	32,0	14,8
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7,2	4,0
São José	2012	2	4,0	1,6
São Joaquim	2011	1	3,0	1,3
Total		35	2.658,5	1.246,8

Comercialização de energia hidroelétrica

A Companhia utiliza-se de estratégia de comercialização de energia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico.

A estratégia da Companhia é de gerir o portfólio de suas unidades produtoras de energia hídrica, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais tanto para mitigar riscos de exposições ao mercado de curto prazo como para gerar valor a Companhia. Adicionalmente, a Companhia persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão do risco hidrológico e melhores preços de contratos no ambiente livre.

1.2 Geração eólica

Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Eólico									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	11,4
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Total							230	386,1	184,7

- (i) Em janeiro de 2019, houve revisão da Garantia Física dos parques do LEN, fundamentada na geração de energia histórica acumulada. Portanto, a garantia física do Complexo Eólico de Alto Sertão II passou a ser de 184,7 MWm (192,7 MWm em 31 de dezembro de 2018).

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste entraram no Leilão de Energia de Reserva de 2010 (“LER”) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, e, portanto, estão 100% contratadas até 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço entraram no Leilão de Energia Nova de 2011 (“LEN”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, e portanto, estão 100% contratadas, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em dezembro de 2035.

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada do Complexo Eólico Alto Sertão II no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Preço Médio atualizado MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Energia anual contratada MWh (i)		Inicial	Final				
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.261		203,85		set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.325		203,85		set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	128.772		203,85		set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.247		203,85		set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.427		203,85		set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476		203,85		set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			667.508							
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764		155,18		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972		153,96		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetitê	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268		154,22		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632		154,17		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924		156,01		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888		154,86		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368		154,72		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756		152,98		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964		152,37		jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			907.536							
Total			1.575.044							

(i) Em março de 2019, a CCEE efetuou correção nos valores anteriormente revisados em setembro de 2017. Dessa forma, a energia anual contratada total do LER passou de 663.185 MWh para 667.508 MWh.

1.3 Geração solar

Complexo Solar Guaimbê

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh
Solar									
Guaimbê I	6º LER	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê II	6º LER	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê III	6º LER	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê IV	6º LER	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaimbê V	6º LER	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Total							110	150	29,5

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Preço Médio atualizado MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Energia anual contratada MWh		Inicial	Final				
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.684		281,67		out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.684		281,67		out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.684		288,00		out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.684		288,00		out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.684		288,00		out/17	set/37	IPCA	Outubro
Subtotal			258.420							

Complexo Solar Ouroeste - Planta Solar Boa Hora

Em 2017, por meio da aquisição da Planta Solar Boa Hora e entrada da Planta AGV Solar em leilão, a Companhia adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. Boa Hora está em operação comercial desde agosto de 2019.

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar								
Boa Hora 1	LER 09/2015	239/2016	09/06/16	08/06/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 2	LER 09/2015	173/2016	10/05/16	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	09/05/16	08/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Total							69	15,9

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Boa Hora 1	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 2	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 3	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,05	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Subtotal			139.284					

A Planta Solar Boa Hora foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh (preço de venda na data do leilão), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm. Na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

Conforme despacho Nº 2.592, a ANEEL deslocou para 27 de novembro de 2018 a data para início de suprimento dos contratos no ambiente regulado referente às usinas do Complexo Solar Boa Hora, adiando proporcionalmente o termo final contratual. Tal alteração é decorrente do reconhecimento de um período de 26 dias de atraso como excludente de responsabilidade, afastando eventuais penalidades contratuais para este período. Entre esta data e 14 de agosto de 2019, quando houve a entrada em operação, as controladas ficaram sujeitas a penalidades por não atender o PPA normalmente. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido R\$3.957 na rubrica “outras receitas e despesas operacionais”, como multas contratuais.

Complexo Solar Ouroeste - Planta AGV Solar

A AGV Solar entrou em operação comercial em 29 de novembro de 2019. As informações detalhadas da planta AGV Solar são como seguem:

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar								
AGV IV	Leilão 04/2017 (LEN)	244/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	15	4,0
AGV V	Leilão 04/2017 (LEN)	243/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
AGV VI	Leilão 04/2017 (LEN)	242/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
Total							75	19,8

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.040	170,37	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.204	170,37	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.204	171,74	jan/21	dez/40	IPCA	Novembro
Subtotal			173.448					

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão de Energia Nova o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por uma planta de energia solar fotovoltaica. Os contratos deste Leilão possuem vigência de 20 anos e licença de Instalação ambiental emitida pela CETESB. Em junho de 2018, a Planta AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWh de garantia física de energia.

A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial da AGV Solar utilizando sua plataforma de comercialização, sendo que a energia produzida está sendo alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021. Em dezembro de 2019, essas controladas firmaram contrato de compra e venda de energia com a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.1 (item vii).

1.4 Projetos

Complexo Eólico Tucano

Em 08 de março de 2019, a Companhia assinou um Acordo de Opção de Compra no valor de R\$1.000 para aquisição de um *pipeline* de projetos de geração eólica. A opção de compra conferia o direito de exclusividade por um ano para aquisição de até 582,8 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield*, localizados nos municípios de Tucano, Biritinga e Araci no Estado da Bahia, a ser exercida de forma proporcional (*pay-per-use*) no momento em que for lastreada pela contratação de venda de energia de longo prazo.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia firmou com a Unipar Carbochloro S.A (“Unipar”) um Acordo de Investimento para a constituição de uma *joint venture* com controle compartilhado, cujo objeto será a geração de energia eólica no modelo de autoprodução. O Projeto possui 155 MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 78 MW médios de garantia física à P50 e prevê um Contrato de Compra e Venda de Energia no mercado livre de 60MW médios pelo período de 20 anos com início em 2023. Após o cumprimento das condições precedentes, a *joint venture* será estruturada, com início de construção previsto para 2021.

Em 02 de dezembro de 2019, a Companhia assinou, com um grande cliente industrial livre, um Contrato de Compra e Venda de Energia para o fornecimento energia de 70 MW médios pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esse Contrato de Compra e Venda de Energia, a Companhia utilizará 167,4MW de capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Tucano, equivalentes a 79 MW médios de energia assegurada a P50.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia exerceu parcialmente a opção de compra para aquisição de 8 SPE’s que representam 483,6MW, no valor aproximado de R\$ 96.700.

Em 14 de janeiro de 2020, assinou o *Sales and Purchase Agreement* (“SPA”), condicionado o *closing* da transação à reestruturação societária das SPE’s. As SPE’s serão utilizadas para construção do complexo eólico que atenderá principalmente os contratos de venda de energia

de longo prazo acima mencionados. Em 13 de fevereiro de 2020, conforme divulgado na nota explicativa nº 35, a Companhia concluiu a aquisição das referidas SPE's.

Projetos de geração distribuída

A controlada direta AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda (“Tietê Inova”) assinou contratos de Geração Distribuída, conforme segue: (i) 5 MW de capacidade instalada em operação comercial desde 16 de dezembro de 2019; (ii) 5,3 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o segundo semestre de 2020; (iii) 3,2 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o primeiro semestre de 2020; e (iv) Contrato para desenvolvimento de um projeto de estacionamento solar (“Carport”), com a potência de 537,6 kWp e que entrou em operação em agosto de 2019.

Aquisição de ativos de geração distribuída

Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tietê Inova assinou contrato de aquisição de duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de Geração Distribuída (“GD”) em estágio avançado de desenvolvimento.

O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2019, após todas as condições precedentes da operação terem sido atendidas. O valor total de aquisição foi de R\$8.750, sendo pagos R\$7.500 na data da aquisição com recursos disponíveis em caixa e R\$1.250 pagos em 07 de fevereiro de 2019, quando as pendências condicionantes à viabilidade de um dos projetos foram sanadas. As empresas adquiridas tiveram suas denominações alteradas para AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. (“Inova I”), com 12 MW de potência e AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. (“Inova II”) com projetos de potência total de 9,9 MW, totalizando 21,9 MW.

1.5 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da administração inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender o processo judicial por até 6 anos, a partir da homologação judicial do acordo que ocorreu em 22 de janeiro de 2019, com a finalidade da Companhia cumprir o saldo remanescente de 81 MW, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398 MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de novos projetos de Geração Distribuída ou Geração Centralizada.

Projetos vinculados à obrigação de expansão

Desde o início da concessão em 1999, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 317 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011, 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012, dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios, aquisição em 2017 do Complexo Solar Guaimbê, com 150 MW e construiu em 2019 o Complexo Ouroeste com 150 MW, ambos no Estado de São Paulo.

O saldo remanescente de 81 MW será cumprido pela Companhia em até 6 anos, contados a partir de 22 de janeiro de 2019, por meio de: (i) leilões regulados de energia elétrica em geração centralizada; (ii) aquisição de projetos de geração de energia; ou (iii) implementação de empreendimentos de geração distribuída. Uma vez cumprido o total da expansão, a Companhia estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso. Vide nota explicativa nº 30.3 (c.7).

2 PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Emissão e resgate de debêntures

Em Reunião do Conselho de Administração Realizada em 12 de abril, foi aprovada a emissão da 9ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$2.200.000. As debêntures da 1ª série correspondem a R\$1.380.000, com vencimento em 15 de março de 2027 e as debêntures da 2ª e 3ª série correspondem respectivamente a R\$641.090 e R\$178.910, com vencimento em 15 de março de 2029, totalizando R\$2.200.000. A remuneração da 1ª série corresponde à variação acumulada de 100,00% da taxa média de juros do DI, acrescida de uma taxa contratual de 1% a.a. As 2ª e 3ª séries são atualizadas monetariamente pelo IPCA e sua remuneração calculada através de uma taxa contratual de 4,71% a.a. As características desta emissão estão detalhadas na nota explicativa nº 16.3.

Adicionalmente, a companhia efetuou (i) Resgate antecipado facultativo da 1ª série da 6ª emissão de debêntures conforme comunicado ao mercado de 10 de abril de 2019, em 18 de abril de 2019 a Companhia efetuou resgate antecipado facultativo total das debêntures da 1ª série da 6ª debênture. Os pagamentos foram como segue: (a) pagamento de juros no valor de R\$577; (b) pagamento da parcela principal no valor de R\$682.380; e (c) o pagamento do prêmio no valor de R\$6.122, realizados no dia 18 de abril de 2019; e (ii) Resgate antecipado obrigatório da 1ª série da 7ª emissão de debêntures conforme comunicado ao mercado de 12 de abril de 2019, em função da 9ª emissão de debêntures, em 23 de abril de 2019 a Companhia efetuou resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série da 7ª emissão. Os pagamentos foram como segue: (a) pagamento de juros no valor de R\$40.280 e (b) pagamento da parcela principal no valor de R\$500.000, realizados no dia 23 de abril de 2019.

Resgate antecipado do financiamento com o BNDES e o repasse do Banco do Brasil na subsidiária AES Tietê Eólica

Em 24 de abril de 2019, a Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para a controlada Nova Energia, no montante de R\$854.409. Adicionalmente, essa controlada realizou nesta mesma data os seguintes resgates antecipados: (i) do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$651.505; e (ii) do financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$246.561.

Aquisição de ativos de geração distribuída

Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tietê Inova adquiriu duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de geração distribuída, detalhados na nota explicativa nº 1.4.

Dessa forma, a controlada direta Tietê Inova reconheceu em suas demonstrações contábeis individuais, na rubrica “Investimentos” e nas demonstrações contábeis consolidadas, na rubrica “Intangível”, a aquisição de ativos intangíveis de direitos contratuais de venda de energia no

valor de R\$8.725 (vide nota explicativa nº13). Em função deste conjunto de ativos intangíveis adquiridos incluir apenas determinados “inputs” necessários para eventualmente operar o negócio e não estão gerando “outputs”, assim como não incluir qualquer força de trabalho ou outros processos importantes para poder gerar resultados, a Companhia entende que os ativos adquiridos não constituem um negócio. Dessa forma, a aquisição não foi identificada como uma combinação de negócios.

3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 17 de fevereiro de 2020, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações com entidade de previdência privada e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD, benefícios de aposentadoria, vida útil dos bens do imobilizado, provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, impostos, valor justo de instrumentos financeiros e provisões para desmantelamento de ativos.

3.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.5 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e de suas controladas são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.net” utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a sua apresentação.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação do balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes e demonstrações dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, procedeu reclassificações nessas demonstrações contábeis originalmente autorizadas em 15 de fevereiro de 2019. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido, e podem ser resumidas conforme o quadro a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
ATIVO CIRCULANTE						
Instrumentos financeiros derivativos	2.723	(2.723)	-	2.723	(2.723)	-
Outros créditos	11.334	2.723	14.057	24.861	2.723	27.584
Total	14.057	-	14.057	27.584	-	27.584
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Conta de ressarcimento	-	-	-	2.541	(2.541)	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis	225	(225)	-	226	(226)	-
Outros créditos	1.804	225	2.029	1.880	2.767	4.647
Total	2.029	-	2.029	4.647	-	4.647
PASSIVO CIRCULANTE						
Conta de ressarcimento	-	-	-	12.384	(12.384)	-
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a pagar	40.638	6.791	47.429	43.508	8.916	52.424
Outros tributos a pagar	6.791	(6.791)	-	8.916	(8.916)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	24.304	(24.304)	-	24.573	(24.573)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	2.861	(2.861)	-
Outras obrigações	23.002	24.304	47.306	26.099	39.818	65.917
Total	94.735	-	94.735	118.341	-	118.341
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Conta de ressarcimento	-	-	-	34.748	(34.748)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	855	(855)	-	855	(855)	-
Outras obrigações	79.400	855	80.255	87.372	35.603	122.975
Total	80.255	-	80.255	122.975	-	122.975
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS						
Depreciação e amortização	(176.109)	-	(176.109)	(271.658)	(4.029)	(275.687)
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(10.218)	-	(10.218)	(4.029)	4.029	-
Total	(186.327)	-	(186.327)	(275.687)	-	(275.687)
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES						
Ganhos não realizados em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	(1.394)	1.394	-	(1.394)	1.394	-
Ganhos realizados em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	3.172	(3.172)	-	3.172	(3.172)	-
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	-	1.778	1.778	-	1.778	1.778
Total	1.778	-	1.778	1.778	-	1.778
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA						
Depreciação e amortização	177.808	2.690	180.498	273.357	6.719	280.076
Amortização do uso do bem público (UBP)	2.690	(2.690)	-	2.690	(2.690)	-
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	10.218	-	10.218	4.029	(4.029)	-
Marcação a mercado da opção	(21.763)	21.763	-	(21.763)	21.763	-
Marcação a mercado do NDF	(122)	122	-	3.669	(3.669)	-
Marcação a mercado de derivativos	-	(21.885)	(21.885)	-	(18.094)	(18.094)
Contas a receber de clientes	(119.995)	119.995	-	(117.060)	117.060	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(8.722)	8.722	-	(11.733)	11.733	-
Conta de ressarcimento ativo	-	-	-	(1.029)	1.029	-
Outros créditos	(9.837)	9.837	-	12.336	(12.336)	-
Fornecedores	186.005	(186.005)	-	120.666	(120.666)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	129.223	(129.223)	-	139.156	(139.156)	-
Outros tributos a pagar	(19.222)	19.222	-	(21.681)	21.681	-
Conta de ressarcimento passivo	-	-	-	(1.273)	1.273	-
Obrigações sociais e trabalhistas	2.118	(2.118)	-	1.770	(1.770)	-
Encargos setoriais	(1.033)	1.033	-	(1.033)	1.033	-
Outras obrigações	18.321	(18.321)	-	19.782	(19.782)	-
Varição de ativos e passivos operacionais	-	176.858	176.858	-	139.901	139.901
Total	345.689	-	345.689	401.883	-	401.883

3.6 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

3.7 Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas avaliaram e reconheceram impactos relevantes em suas demonstrações contábeis na adoção desta norma, detalhado na nota explicativa nº 17.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, emitido em dezembro de 2018, com efeito a partir de 1ª de janeiro de 2019:

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32, especificamente relacionados ao imposto de renda e a contribuição social). Em resumo, se é provável que a autoridade tributária irá aceitar o tratamento fiscal, os valores das demonstrações contábeis são os mesmos que os apresentados nas informações fiscais. No entanto, se não é provável, os valores apresentados nas demonstrações contábeis não são os mesmos que os apresentados nas demonstrações fiscais, pois sua mensuração refletirá a incerteza. Com base em estudo de conformidade tributária, a Companhia e suas controladas consideram que a interpretação não impactou as suas demonstrações financeiras, visto que todos os posicionamentos fiscais adotados estão amparados na legislação e jurisprudência administrativa e judicial aplicadas atualmente.

3.8 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2020

A Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2020 e concluiu-se que os mesmos não gerarão impactos em suas demonstrações contábeis. Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

3.9 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2019	2018
Controladas diretas:				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I") (ii)	Holding	São Paulo, SP	100%	-
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II") (ii)	Holding	São Paulo, SP	100%	-
Controladas indiretas:				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I") (i)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II") (i)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III") (i)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV") (i)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V") (i)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Tietê Inova I")	Geração solar	Bauru, SP	100%	-
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Tietê Inova II")	Geração solar	Bauru, SP	100%	-

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2019, foi aprovada a alteração do tipo jurídico dessas Sociedades, de sociedade anônima de capital fechado para sociedade limitada unipessoal, conseqüentemente, houve alteração das razões sociais.

- (ii) Com o objetivo de estruturar o projeto Complexo Eólico Tucano, detalhado na nota explicativa nº 1.4, em 07 de outubro de 2019 e 15 de novembro de 2019 foram constituídas as Companhias Tucano Holding I e Tucano Holdings II.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, pois de acordo com o modelo de negócios, o objetivo desta aplicação é receber fluxos de caixas pelo rendimento ou pela venda. Já o fundo de investimentos é mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Dessa forma, não há reconhecimento de valor justo em outros resultados abrangentes.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	355	670	11.145	16.239
CDB-DI	9.725	-	9.725	-
Operação compromissada	-	102.921	10.968	136.577
Subtotal	10.080	103.591	31.838	152.816
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	916.434	698.277	1.129.800	731.157
Fundo de investimentos				
Letra financeira	97.642	56.709	97.642	56.709
LTN e NTN over	54.416	39.485	54.416	39.485
CDB	2.688	22.154	2.688	22.154
Debêntures	33.925	-	33.925	-
Letra financeira com fluxo	3.783	-	3.783	-
Letra financeira subordinada	651	19.075	651	19.075
Letra financeira do tesouro	8.011	7.560	8.011	7.560
Nota comercial	-	5.008	-	5.008
Subtotal	1.117.550	848.268	1.330.916	881.148
Total	1.127.630	951.859	1.362.754	1.033.964

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2019 estão representados por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 98,65% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,20% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Consumidores livres	155.004	137.939	155.312	139.482
Mercado de curto prazo (i)	97.426	240.103	150.648	275.293
Contratos de energia eólicos	-	-	26.498	18.293
Contratos de energia solares	-	-	9.914	5.486
Serviços prestados	-	-	136	271
Subtotal	252.430	378.042	342.508	438.825
NÃO CIRCULANTE				
Energia livre (ii)	13.075	13.075	13.075	13.075
Subtotal	13.075	13.075	13.075	13.075
Total	265.505	391.117	355.583	451.900

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.
- (ii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à Energia Livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Controladora			Total
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		
		até 90 dias	mais de 90 dias	
CIRCULANTE				
Consumidores livres	154.519	476	9	155.004
Mercado de curto prazo	3.105	38.938	55.383	97.426
Total	157.624	39.414	55.392	252.430

	Consolidado			Total
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		
		até 90 dias	mais de 90 dias	
CIRCULANTE				
Consumidores livres	154.744	559	9	155.312
Mercado de curto prazo	22.548	40.106	87.994	150.648
Contratos de energia eólicos	26.356	142	-	26.498
Contratos de energia solares	9.914	-	-	9.914
Serviços prestados	136	-	-	136
Total	213.698	40.807	88.003	342.508

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de contas a receber vencidos estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Até 90 dias	39.414	94.567	40.807	103.812
De 90 a 180 dias	26.886	134.838	29.340	154.885
De 180 a 360 dias	12.736	-	19.389	3.602
Acima de 360 dias	15.770	-	39.274	492
Total	94.806	229.405	128.810	262.791

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido e contribuição social devidos são devidamente apurados e compensados com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Imposto de renda (i)	7.291	6.489	11.981	11.350
Contribuição social	-	3.097	239	3.421
Imposto de renda retido na fonte	5.550	4.234	6.229	4.470
PLS e Cofins (ii)	1.761	-	3.249	1.027
Outros	5	2	1.928	1.591
Total	14.607	13.822	23.626	21.859

(i) Em setembro de 2019, a Companhia reconheceu os benefícios econômicos relativos à discussão sobre a metodologia de cálculo do benefício fiscal do Programa de Alimentação

do Trabalhador (“PAT”), no montante de R\$ 7.291 (principal de R\$ 4.573 e atualização monetária de R\$ 2.718).

- (ii) Em setembro de 2019, a Companhia reconheceu: (a) créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$13.074, não aproveitados nos últimos 60 meses, incidentes sobre despesas com aquisições de materiais e serviços de terceiros, sendo R\$11.313 compensados parcialmente até dezembro de 2019, restando o saldo remanescente de R\$1.761 a ser compensado em 2020; e (b) os benefícios econômicos relacionados ao êxito na discussão sobre indébito de Cofins, no montante de R\$ 2.255 (principal de R\$ 641 e atualização monetária de R\$ 1.614), integralmente compensados até 31 de dezembro de 2019.

Destaca-se que a atualização monetária dos benefícios ora mencionados impactou o resultado financeiro, na rubrica “Atualização de Créditos Tributários”, no montante de R\$4.276 (vide nota explicativa nº 28).

7 TRIBUTOS DIFERIDOS

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e de suas controladas.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos, desde que sejam relacionados à mesma entidade jurídica e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente. Estes tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Tributos ativos:								
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.649	3.574	75	654	3.657	3.607	50	658
Provisão para processos fiscais	6.042	4.567	1.475	1.972	6.042	4.567	1.475	1.972
Provisão para processos trabalhistas	1.247	1.755	(508)	116	1.247	1.755	(508)	116
Provisão de benefício a empregados	4.231	2.033	2.198	689	4.231	2.033	2.198	689
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.028	2.028	-	-	2.028	2.028	-	-
Provisão para processos cíveis	14.174	13.570	604	1.212	14.174	13.570	604	1.212
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	11.901	11.901	-	2.727	12.340	11.901	439	2.650
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	26.029	8.498	-	-	26.029	8.498	-	-
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	1.641	1.244	397	(257)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	(1.636)	1.183	-	1.183	(2.073)
Variação cambial não realizada	706	-	706	-	706	-	706	(4.283)
Outros	3.384	4.041	(658)	(1.764)	3.924	4.040	(117)	(1.764)
Tributos passivos:								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(353.212)	(383.082)	29.870	29.936	(353.212)	(383.082)	29.870	29.936
Ativo intangível - uso do bem público	(9.147)	(10.061)	914	915	(9.147)	(10.061)	914	915
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	-	(926)	-	-	-	(926)	-	-
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(2.667)	(1.919)	(748)	(972)	(2.667)	(1.919)	(748)	(972)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(23.017)	(23.386)	369	(849)	(23.017)	(23.386)	369	(850)
Outros	(399)	(181)	(218)	504	(1.035)	(255)	(779)	755
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	(315.051)	(367.588)	34.079	33.504	(311.876)	(366.386)	36.053	28.704
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota 8)			(16.093)	(17.346)			(16.093)	(17.346)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			17.986	16.158			19.960	11.358
Apresentação no balanço patrimonial								
Ativo líquido	-	-			3.357	1.276		
Passivo líquido	(315.051)	(367.588)			(315.233)	(367.662)		
Total	(315.051)	(367.588)			(311.876)	(366.386)		

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	73.391	(388.442)	(315.051)	(367.588)
AES Tietê Integra	1.190	-	1.190	33
AES Tietê Inova	964	(454)	510	-
AES Tietê Inova I	11	-	11	-
AES Tietê Inova II	7	-	7	-
Ametista	271	-	271	177
Araças	202	-	202	138
Borgo	32	-	32	66
Caetite	48	-	48	109
Da prata	17	-	17	28
Dourados	274	-	274	156
Espigão	24	-	24	34
Maron	168	-	168	95
Morrão	49	-	49	71
Pelourinho	58	-	58	81
Pilões	208	-	208	149
Seraíma	125	-	125	78
Serra do espinhaço	46	-	46	61
Tanque	-	(25)	(25)	(14)
Ventos do nordeste	-	(99)	(99)	(60)
Boa Hora 1	48	-	48	-
Boa Hora 2	38	-	38	-
Boa Hora 3	31	-	31	-
Guaimbê II	-	(14)	(14)	-
Guaimbê III	-	(12)	(12)	-
Guaimbê IV	-	(9)	(9)	-
Guaimbê V	-	(23)	(23)	-
Consolidado	77.202	(389.078)	(311.876)	(366.386)

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(409.382)	(407.819)
Impacto no resultado	33.504	28.704
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	8.290	8.290
Saldos provenientes da aquisição do Complexo Solar Guaimbê	-	4.439
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(367.588)	(366.386)
Impacto no resultado	34.080	36.053
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	18.457	18.457
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(315.051)	(311.876)

7.2 Estimativa de recuperação de créditos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal da Companhia, em 27 de fevereiro de 2020. Segue abaixo estimativa de realização dos tributos diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora			Consolidado		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágios incorporados (*)	Total	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágios incorporados (*)	Total
2020	14.295	14.865	29.160	16.005	14.865	30.870
2021	8.126	13.770	21.896	9.675	13.770	23.445
2022	4.278	12.730	17.008	4.375	12.730	17.105
2023	14.860	11.787	26.647	15.065	11.787	26.852
2024	1.285	10.895	12.180	1.327	10.895	12.222
2025 a 2027	5.080	19.427	24.507	5.209	19.427	24.636
2028 a 2029	25.467	24.009	49.476	25.546	24.009	49.555
Total	73.391	107.483	180.874	77.202	107.483	184.685

(*) Para maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário, vide nota explicativa nº 8.

A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2019, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	(52.321)	(22.288)	(93.686)	(35.537)	(61.226)	(26.614)	(100.358)	(39.051)
Diferidos	13.144	4.842	11.367	4.791	14.478	5.482	8.045	3.313
Total	(39.177)	(17.446)	(82.319)	(30.746)	(46.748)	(21.132)	(92.313)	(35.738)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	356.742	356.742	401.028	401.028	367.999	367.999	416.014	416.014
Adições (exclusões):								
Juros sobre o capital próprio	(44.416)	(44.416)	(47.363)	(47.363)	(44.416)	(44.416)	(47.363)	(47.363)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	(127.853)	(127.853)	(14.434)	(14.434)	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.323)	(3.323)	(3.738)	(3.738)	(3.323)	(3.323)	(3.738)	(3.738)
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(140.085)	(130.050)	(97.565)	(84.355)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	47.342	47.342	105.613	105.611
Amortização da mais valia em combinação de negócios	(1.456)	(1.456)	6.189	6.189	335	335	7.550	7.550
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	3.934	3.934	4.029	4.029	7.648	7.648	4.029	4.029
Juros capitalizados de controladas	-	-	-	-	(18.914)	(18.914)	-	-
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(9.070)	-	-	-	(9.070)	-	-	-
Outras	3.312	3.313	(1.524)	(1.520)	2.166	2.201	(684)	2.091
Total das adições (exclusões)	(178.872)	(169.801)	(56.841)	(56.837)	(158.317)	(139.177)	(32.158)	(16.175)
Resultado ajustado	177.870	186.941	344.187	344.191	209.682	228.822	383.856	399.839
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	(44.468)	(16.825)	(86.047)	(30.977)	(52.421)	(20.594)	(95.964)	(35.986)
Incentivos fiscais	2.435	-	3.807	-	2.435	-	3.702	-
Ajustes P&D	2.832	(621)	(103)	231	2.832	(621)	(103)	231
Outros	24	-	24	-	406	83	52	17
Total da despesa com tributos	(39.177)	(17.446)	(82.319)	(30.746)	(46.748)	(21.132)	(92.313)	(35.738)
Aliquota efetiva	11,0%	4,9%	20,5%	7,7%	12,7%	5,7%	22,2%	8,6%

7.3 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem ativo fiscal diferido constituído:

	Consolidado	
	2019	2018
Prejuízos fiscais	523.650	476.308
Base negativa de contribuição social	523.650	476.308
Diferenças temporárias	21.686	18.953

Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

8 CRÉDITOS FISCAIS DE ÁGIOS INCORPORADOS

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	2019			2018
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</u>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(128.567)	84.854	(43.713)	(33.993)
Subtotal	190.997	(126.058)	64.939	74.659
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(693.578)	464.402	(229.176)	(223.552)
Subtotal	114.726	(77.162)	37.564	43.188
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(67.773)	44.730	(23.043)	(22.294)
Subtotal	14.647	(9.667)	4.980	5.729
Total	320.370	(212.887)	107.483	123.576

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	140.922
Amortização	(51.703)
Reversão	34.357
Saldo em 31 de dezembro de 2018	123.576
Amortização	(47.968)
Reversão	31.875
Saldo em 31 de dezembro de 2019	107.483

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$16.615 em 31 de dezembro de 2019 (R\$57.961 em 31 de dezembro de 2018). O referido benefício fiscal disponível já considera a capitalização parcial da reserva especial de ágio, no montante de R\$57.961, realizada em 07 de agosto de 2019, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.1. A Companhia atualiza o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos. A capitalização ocorre de acordo com o cronograma definido em contrato assinado entre AES Brasil e BNDES, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Assembleia Geral Extraordinária (AGE), observadas as seguintes regras: (i) o saldo disponível para capitalização, nos termos da Instrução CVM nº 319/99, for igual ou superior a R\$50.000 ou (ii) tenham se passado três anos da última capitalização, o que ocorrer primeiro.

9 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais (ii)	39.388	35.410	39.388	35.410
Garantias de financiamento (i)	-	-	7.513	38.380
Subtotal	39.388	35.410	46.901	73.790
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	17.175	2.078	73.146	92.202
Garantias de compromissos contratuais (ii)	19.054	53.828	19.054	53.828
Cauções e depósitos vinculados (nota 19.1)	15.212	13.735	15.231	13.735
Subtotal	51.441	69.641	107.431	159.765
Total	90.829	105.051	154.332	233.555

- (i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações das escrituras de debêntures celebrados entre o Complexo Eólico Alto Sertão II e agente fiduciário, foi firmado o Contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios (“Contrato de Cessão”), administração de contas e outras avenças”, obrigando o Complexo Eólico Alto Sertão II a manter determinadas reservas em conta vinculada, durante todo o prazo de vigência do contrato de financiamento. Em função do pré-pagamento dos empréstimos e financiamentos Repasse BNDES, Repasse BNDES (Banco do Brasil) e BNDES (Subcrédito Social), em abril de 2019, o Contrato de Cessão foi alterado de modo a elidir todas as referências e obrigações junto ao BNDES e ao Banco do Brasil, mantendo-se as seguintes restrições: (a) Reservas de O&M, que deverá ser mantida com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção; e (b) Reserva

debêntures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.

As contas vinculadas mencionadas acima no item (a) devem possuir saldo como garantia às obrigações. Em relação ao item (b), a Reserva debêntures deve possuir saldo equivalente a duas parcelas de serviço da dívida, paga semestralmente. Em 31 de dezembro de 2019, esses compromissos financeiros foram cumpridos. Os saldos dos recursos das contas reservas poderão ser aplicados em títulos públicos federais ou em fundos de investimento, ou (ii) Certificados de Depósito Bancário, desde que, em todos os casos, as aplicações possuam baixo risco e liquidez diária. No encerramento do ano de 2019 este saldo referia-se basicamente a aplicações financeiras a fundo de investimentos, com rentabilidade média de 95% do CDI.

- (ii) Depósito de garantias para litígios, earn-out e indenização geral dos vendedores oriundas da aquisição do Complexo Alto Sertão II, conforme condição precedente do Memorando de Fechamento assinado entre as partes. Os valores depositados nas contas garantia referentes ao earn-out, garantias de litígios e indenização geral são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Os saldos destas contas referem-se, basicamente, a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 97,74% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos vendedores.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	138.681	221.188
Adições	8.075	61.071
Atualizações	7.884	12.024
Baixas e resgates	(49.589)	(60.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	105.051	233.555
Adições (i)	32.787	164.652
Atualizações	4.905	9.877
Baixas e resgates (ii)	(51.914)	(253.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	90.829	154.332

- (i) Na controladora, as adições referem-se principalmente às garantias de financiamento da 8ª emissão de debênture. Já no consolidado, referem-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II.
- (ii) Na controlada, os resgates referem-se, principalmente, à decisão desfavorável da arbitragem A, no montante de R\$34.103, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.1 aos pagamentos de juros e principal da 8ª emissão de debêntures, no montante de R\$14.011 e aos cauções e depósitos judiciais, no montante de R\$3.259. No consolidado, referem-se, principalmente, ao pré-pagamento e liberação de caixa restrito dos empréstimos de repasse BNDES, Repasse BNDES (Banco do Brasil) e BNDES (Subcrédito Social), no montante de R\$196.505.

10 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Almojarifado	3.788	2.271	15.131	12.440
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.723	-	2.723
Despesas pagas antecipadamente	2.156	2.232	2.459	2.652
Ressarcimento (i)	-	-	1.099	-
Dividendos a receber (nota 29)	2.273	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas (nota 29)	149	-	-	-
Outros	7.161	6.831	10.681	9.769
Subtotal	15.527	14.057	29.370	27.584
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de partes relacionadas (nota 29)	13.668	-	-	-
Ressarcimento (i)	-	-	4.801	2.541
Despesas pagas antecipadamente	1.396	1.804	1.415	1.880
Outros	112	225	2.057	226
Subtotal	15.176	2.029	8.273	4.647
Total	30.703	16.086	37.643	32.231

- (i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos. Já os ressarcimentos por desvios negativos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações.

11 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas direta e indiretamente. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora	
	2019	2018
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.772.007	1.610.479
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (i)	31.517	32.605
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (ii)	53.597	56.443
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (iii)	113.902	98.078
Total	2.971.023	1.797.605

- (i) Direito de autorização de geração dos Complexos Boa Hora e Alto Sertão II, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 13.
- (ii) Direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Solar Boa Hora, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 13.

- (iii) Ajuste a valor justo na aquisição do Complexo Alto Sertão II, composto por: (a) mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante de R\$114.532 e (b) ajuste a valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de (R\$630), totalizando R\$113.902. A mais valia das máquinas e equipamentos está sendo amortizada com base na taxa divulgada pelo Órgão Regulador e amortizada a uma taxa de 4,75% ao ano. No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de “Imobilizado, líquido” e os custos de emissão para a rubrica de “Empréstimos, financiamentos e debêntures”.

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	560.446	42.661	59.289	82.826	745.222
Equivalência patrimonial	14.434	-	-	-	14.434
Aumento de capital	1.035.599	-	-	-	1.035.599
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(544)	(2.846)	-	(3.390)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios	-	-	-	21.441	21.441
Intangível gerado na combinação de negócios	-	(8.873)	-	-	(8.873)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	-	(639)	-	(6.189)	(6.828)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.610.479	32.605	56.443	98.078	1.797.605
Equivalência patrimonial	127.853	-	-	-	127.853
Aumento de capital (i)	218.814	-	-	-	218.814
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(445)	(2.846)	-	(3.291)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	-	(643)	-	1.456	813
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	-	-	-	14.368	14.368
Dividendos	(30.168)	-	-	-	(30.168)
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	-	-	-	854.409
Outros resultados abrangentes (nota 30.2)	(9.380)	-	-	-	(9.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.772.007	31.517	53.597	113.902	2.971.023

Movimentação dos Investimentos	Nova Energia	Boa Flora 1	Boa Flora 2	Boa Flora 3	Tietê Integra	Tietê Inova	Guaimbé Holding	AGV Solar IV	AGV Solar V	AGV Solar VI	Tucano Holdings I	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	600.905	44.093	44.092	50.842	5.290	-	-	-	-	-	-	745.222
Equivalência patrimonial	5.108	3.966	4.330	3.060	296	631	3.828	(1.731)	(2.371)	(2.683)	-	14.434
Aumento de capital	47.272	59.687	58.017	80.806	-	32.831	660.518	30.256	54.241	11.971	-	1.035.599
Intangível gerado na combinação de negócios	(8.873)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.873)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios	21.441	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.441
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(1.130)	(1.130)	(1.130)	-	-	-	-	-	-	-	(3.390)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	(6.828)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.828)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	659.025	106.616	105.309	133.578	5.586	33.462	664.346	28.525	51.870	9.288	-	1.797.605
Equivalência patrimonial	64.527	(4.565)	2.409	666	(2.335)	375	38.930	7.562	10.041	10.266	(13)	127.853
Aumento de capital (i)	637	6.234	4.157	13.749	1.565	10.407	726	44.184	46.277	90.878	-	218.814
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	854.409
Dividendos	(615)	(465)	(587)	(469)	-	-	(27.895)	(23)	(58)	(56)	-	(30.168)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(2.047)	(2.751)	(4.582)	-	(9.380)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	14.368	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.368
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(1.097)	(1.097)	(1.097)	-	-	-	-	-	-	-	(3.291)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	813	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	813
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.593.164	106.723	110.191	146.427	4.816	44.244	676.097	78.201	105.379	105.794	(13)	2.971.023

- (i) Aumentos de capital nas controladas, no montante de R\$218.814, destinados principalmente para construção do Complexo Solar Ouroeste e aquisição, pela controlada direta Tietê Inova, de duas empresas de geração distribuída, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.4.
- (ii) Realização da mais valia do passivo contingente, conforme decisão judicial referente ao procedimento arbitral (“arbitragem A”) detalhado na nota explicativa nº 19.1.
- (iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2019, foi aprovada a realização de AFAC para sua controlada direta Nova Energia Holding, no montante de até R\$905.000, para fins de pagamento antecipado de dívidas. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia aportou R\$854.409. Este montante está registrado no patrimônio líquido da controlada como AFAC.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas do capital social	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado (i)
Nova Energia	-	596.756.905	100%	543.189	1.461.716	1.461.716	64.527	64.527
Guaimbê Solar Holding	-	661.244.534	100%	661.245	676.025	676.025	38.920	38.920
Tietê Integra	8.000.100	-	100%	6.565	4.817	4.817	(2.335)	(2.335)
Tietê Inova	43.237.997	-	100%	43.238	42.467	44.245	(1.138)	375
Boa Hora 1	-	7.586.395.435	100%	75.864	80.167	84.197	(5.716)	(4.565)
Boa Hora 2	-	7.903.933.876	100%	79.039	83.733	87.763	1.258	2.409
Boa Hora 3	-	11.553.845.402	100%	115.538	119.854	123.884	(485)	666
AGV Solar IV	-	99.000.500	100%	74.440	73.587	78.202	3.099	7.562
AGV Solar V	-	100.518.058	100%	100.518	100.764	105.379	5.577	10.041
AGV Solar VI	-	102.849.171	100%	102.849	101.177	105.792	5.802	10.266
AES Tucano Holding I S.A.	-	500	100%	-	(13)	(13)	(13)	(13)
AES Tucano Holding II S.A.	-	500	100%	-	-	-	-	-
Total					2.744.294	2.772.007	109.496	127.853

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados custos de empréstimos nas controladas Boa Hora, AGV e Tietê Inova, nos montantes de R\$3.454, R\$13.387 e R\$1.513, respectivamente, totalizando R\$18.354, líquida de amortização acumulada no montante de R\$561. Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado”.

12 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Consequentemente, os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia e de suas controladas, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído (“*deemed cost*”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas determinadas pela ANEEL. A Companhia acompanha o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do

imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os valores dos juros capitalizados às contas do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e 28.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de sede administrativa e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de sede administrativa e terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 9 e 30 anos e depreciados a uma taxa média de 10,81% e 3,33%, respectivamente. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora			
	2019			2018
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	411.781	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.920.646	(2.019.201)	901.445
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	671.261	(494.340)	176.921
Máquinas e equipamentos	3,7%	2.128.571	(899.101)	1.229.470
Veículos	17,0%	8.803	(6.938)	1.865
Móveis e utensílios e outros	6,4%	7.256	(4.246)	3.010
Imobilizado em serviço		6.148.318	(3.423.826)	2.724.492
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		75.513	-	75.513
Bens vinculados às concessão e autorizações		6.225.930	(3.423.826)	2.802.104
Direito de uso de sede administrativa (iii)	11,0%	7.152	(914)	6.238
Equipamentos de informática	25,0%	-	-	752
Total Imobilizado		6.233.082	(3.424.740)	2.808.342

	Consolidado			
	2019			2018
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	414.887	-	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.920.646	(2.019.201)	901.445
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	756.356	(500.542)	255.814
Máquinas e equipamentos	3,6%	4.962.410	(1.147.849)	3.814.561
Veículos	17,0%	8.803	(6.938)	1.865
Móveis e utensílios e outros	6,4%	7.274	(4.251)	3.023
Imobilizado em serviço		9.070.376	(3.678.781)	5.391.595
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		80.814	-	80.814
Bens vinculados às concessão e autorizações		9.153.289	(3.678.781)	5.474.508
Direito de uso de sede administrativa (iii)	10,8%	7.651	(978)	6.673
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,3%	57.087	(2.680)	54.407
Equipamentos de informática	25,0%	-	-	752
Total Imobilizado		9.218.027	(3.682.439)	5.535.588

- (i) Gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos, que em 31 de dezembro de 2019, representa um montante líquido de depreciação de R\$11.646.
- (iii) Refere-se ao reconhecimento do direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Controladora								
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS 16/CPC06 (R2)	Remensuração	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras movimentações	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Terrenos (i)	411.781	-	-	-	-	-	-	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	-	-	-	(126)	281	-	-	2.920.646
Edificações, obras civis e benfeitorias	670.499	-	-	-	-	762	-	-	671.261
Máquinas e equipamentos	2.110.830	-	-	-	(1.356)	19.097	-	-	2.128.571
Veículos	8.969	-	-	-	(226)	60	-	-	8.803
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.183	-	-	-	(2.024)	97	-	-	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-	-	-	2.099
Em curso	33.939	-	-	57.528	-	(20.297)	4.343	-	75.513
Direito de uso de sede administrativa	-	5.064	2.088	-	-	-	-	-	7.152
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	-	9.005	5.102	-	-	-	-	(14.107)	-
Subtotal	6.167.791	14.069	7.190	57.528	(3.732)	-	4.343	(14.107)	6.233.082
Depreciação/Amortização	(3.255.110)	-	-	(171.250)	-	-	-	-	(3.424.740)
Total líquido	2.912.681	14.069	7.190	(113.722)	(2.112)	-	4.343	(14.107)	2.808.342

	Controladora						
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras movimentações	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Terrenos (i)	411.781	-	-	-	-	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.906.481	-	(1.188)	15.198	-	-	2.920.491
Edificações, obras civis e benfeitorias	669.088	-	(71)	1.482	-	-	670.499
Máquinas e equipamentos	2.025.232	-	(2.183)	87.781	-	-	2.110.830
Veículos	8.502	1.871	(1.404)	-	-	-	8.969
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	8.085	-	-	1.098	-	-	9.183
Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	(2.682)	-	-	-	-	4.781	2.099
Em curso	87.274	50.577	-	(105.559)	1.647	-	33.939
Subtotal	6.113.761	52.448	(4.846)	-	1.647	4.781	6.167.791
Depreciação/Amortização	(3.085.710)	(172.632)	3.232	-	-	-	(3.255.110)
Total líquido	3.028.051	(120.184)	(1.614)	-	1.647	4.781	2.912.681

	Consolidado								
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS 16/CPC06 (R2)	Remensuração	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Terrenos (i)	414.284	-	-	-	-	-	603	-	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	-	-	-	-	(126)	281	-	2.920.646
Edificações, obras civis e benfeitorias	745.485	-	-	-	-	-	10.871	-	756.356
Máquinas e equipamentos (iii)	4.330.195	-	-	-	-	(9.747)	641.962	-	4.962.410
Veículos	8.969	-	-	-	-	(226)	60	-	8.803
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.201	-	-	-	-	(2.024)	97	-	7.274
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-	-	-	2.099
Em curso (iv)	441.833	-	-	271.300	-	(1.702)	(653.874)	23.257	80.814
Direito de uso de sede administrativa	-	5.064	2.587	-	-	-	-	-	7.651
Direito de uso de terreno arrendado	-	34.575	18.006	4.506	-	-	-	-	57.087
Subtotal	8.872.557	39.639	20.593	275.806	-	(13.825)	-	23.257	9.218.027
Depreciação/Amortização	(3.385.266)	-	-	(297.683)	(617)	1.127	-	-	(3.682.439)
Total líquido	5.487.291	39.639	20.593	(21.877)	(617)	(12.698)	-	23.257	5.535.588

	Consolidado								
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Efeito da aquisição de ativos Complexo Solar Guaimbé	Juros capitalizados	Outras mutações	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Terrenos (i)	414.284	-	-	-	-	-	-	-	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.906.481	-	-	(1.188)	15.198	-	-	-	2.920.491
Edificações, obras civis e benfeitorias	717.608	-	2.098	(71)	1.482	24.368	-	-	745.485
Máquinas e equipamentos	3.678.930	-	10.432	(4.615)	102.814	542.634	-	-	4.330.195
Veículos	8.502	1.871	-	(1.404)	-	-	-	-	8.969
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	8.103	-	-	-	1.098	-	-	-	9.201
Imóveis destinados a uso futuro	(2.682)	-	-	-	-	-	-	4.781	2.099
Em curso	112.582	450.038	-	(44)	(120.592)	13	11.004	(11.168)	441.833
Subtotal	7.843.808	451.909	12.530	(7.322)	-	567.015	11.004	(6.387)	8.872.557
Depreciação/Amortização	(3.121.666)	(266.557)	(274)	3.231	-	-	-	-	(3.385.266)
Total líquido	4.722.142	185.352	12.256	(4.091)	-	567.015	11.004	(6.387)	5.487.291

- (i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo, no valor de R\$5.963.
- (ii) Refere-se ao subarrendamento efetuado às controladas AGV e Boa Hora, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17.
- (iii) Em setembro de 2019, uma área do Complexo Solar Boa Hora foi danificada no valor contábil de R\$8.194. A Companhia encaminhou laudo técnico e pedido formal de indenização ao fornecedor e, em paralelo, a seguradora acompanha o caso. Não é esperado nenhuma perda adicional. A operação comercial do Complexo não foi afetada.
- (iv) Em 2019, devido à entrada em operação comercial do Complexo Solar Ouroeste, houve reclassificação dos respectivos gastos para imobilizado em serviço.

(c) **Dos bens vinculados à concessão e autorizações**

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Concessão	2.754.113	2.863.939	2.754.113	2.863.939
Autorizações	45.892	45.891	2.718.296	2.620.501
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
Total	2.802.104	2.911.929	5.474.508	5.486.539

(d) **Contrato de concessão**

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL - Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do referido contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado ao Poder Concedente em até 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária, tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

Além disso, o contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Especificamente sobre o termo final do contrato, a subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento deste termo, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL.

Em 23 de março de 2016, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 92/1999 que teve por objetivo transferir o Contrato de Concessão nº 92/1999-ANEEL para a AES Tietê Energia S.A nos termos aprovados pela Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015.

É entendimento dessa Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, de que o valor residual dos bens não amortizados (inclusive dos terrenos, que não são depreciados ao longo do período da concessão), sejam eles vinculados ao denominado “Projeto Básico”, ou advindos de investimentos posteriores, serão substancialmente indenizados pelo Poder Concedente, em caso de finalização do Contrato de Concessão.

(e) Autorizações

No final do prazo das autorizações das PCHs, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, não havendo prorrogação, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, apurada por fiscalização da ANEEL. Desta forma, nenhuma obrigação relacionada à retirada destes bens foi registrada no balanço da Companhia.

Em relação aos bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica das usinas eólicas e solares, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente remover as instalações.

13 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais, de concessão ou autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora				
	2019			2018	
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(46.272)	26.902	29.592
Software e outros intangíveis	20,0%	52.844	(38.241)	14.603	13.119
		126.018	(84.513)	41.505	42.711

	Consolidado				
	2019			2018	
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(46.272)	26.902	29.592
Direitos contratuais de solares (ii)	5,0%	135.871	(11.406)	124.465	131.063
Direito de exploração de autorização (iii)	3,0%	24.421	(1.398)	23.023	23.765
Intangível gerado na combinação de negócios (iv)	3,5%	19.073	(1.554)	17.519	18.162
Direitos contratuais de geração distribuída (v)	3,2%	8.725	(94)	8.631	-
Software e outros intangíveis	20,0%	56.400	(38.394)	18.006	14.371
		317.664	(99.118)	218.546	216.953

- (i) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à

concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

- (ii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.
- (iii) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora e Guaimbê, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Refere-se à aquisição pela controlada direta Tietê Inova de direito de contratos de geração distribuída, amortizados até 2050 com base no prazo remanescente de cessão dos terrenos.

Os valores dos itens (ii) a (v) acima foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Controladora			
	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		Total
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.283	927	9.066	42.276
Adições	-	9.035	241	9.276
Baixas	-	-	(94)	(94)
Amortizações	(2.691)	-	(5.175)	(7.866)
Transferências	-	(659)	659	-
Outras mutações	-	45	(926)	(881)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.592	9.348	3.771	42.711
Adições	-	-	6.422	6.422
Baixas	-	-	(975)	(975)
Amortizações	(2.690)	-	(3.963)	(6.653)
Transferências	-	(8.040)	8.040	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.902	1.308	13.295	41.505

	Consolidado						
	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Software e outros intangíveis		Total
					Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.283	59.289	14.888	27.773	927	9.066	144.226
Adições	-	75.871	9.421	-	10.287	241	95.820
Baixas	-	-	-	-	-	(94)	(94)
Amortizações	(2.691)	(4.097)	(544)	(738)	-	(5.175)	(13.245)
Transferências	-	-	-	-	(659)	659	-
Intangível gerado na combinação de negócios	-	-	-	(8.873)	45	-	(8.828)
Outras mutações	-	-	-	-	-	(926)	(926)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.592	131.063	23.765	18.162	10.600	3.771	216.953
Adições (i)	-	8.725	-	-	2.149	6.575	17.449
Baixas	-	-	-	-	-	(975)	(975)
Amortizações	(2.690)	(6.692)	(742)	(643)	-	(4.114)	(14.881)
Transferências	-	-	-	-	(8.855)	8.855	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.902	133.096	23.023	17.519	3.894	14.112	218.546

- (i) R\$8.725 refere-se à diferença entre o valor pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição dos direitos contratuais de geração distribuída e o valor justo dos ativos e passivos das empresas adquiridas. Para maiores detalhes sobre a aquisição, vide nota explicativa nº 1.4.

14 FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	1.118.967	979.740	1.118.967	979.740
Energia elétrica comprada para revenda	25.922	10.954	26.000	12.957
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 29)	4.078	6.394	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	9.875	9.364	12.075	10.702
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	3.024	3.429	3.024	3.429
Subtotal	1.161.866	1.009.881	1.160.066	1.006.828
Materiais e Serviços	28.228	37.358	67.939	104.980
Materiais e Serviços - partes relacionadas (nota 29)	325	-	325	-
Total	1.190.419	1.047.239	1.228.330	1.111.808

- (i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos e divulgados pela CCEE e atualizados pelo IGP-M, decorrentes dos efeitos da liminar obtida na discussão do denominado Rebaixamento Energético (GSF). O valor total informado pela CCEE (principal) é de R\$952.943 (R\$888.433 em 31 de dezembro de 2018). Como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica “Fornecedores” quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE.

Até 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido no resultado financeiro de 2019 uma despesa com atualização monetária no montante de R\$74.717 (R\$56.721 em 31 de dezembro de 2018), vide nota explicativa nº 28. O passivo total estimado até 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$1.118.967 (R\$979.740 em 31 de dezembro de 2018). Vide nota explicativa nº 19.4.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 18 cartas de fiança no valor total de R\$6.290 e 7 seguros garantia no valor de R\$13.061, totalizando uma importância segurada de R\$19.351, com custo de 0,35% a 1,30% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

15 TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Imposto de renda	5.319	34.750	7.648	36.545
Contribuição social	2.520	5.888	3.806	6.963
INSS	2.281	3.834	2.421	3.900
PIS e Cofins	8.263	1.356	9.508	2.465
FGTS	676	655	680	664
Outros	1.716	946	2.233	1.887
Total	20.775	47.429	26.296	52.424

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Eólica, Guaimbê Holding e Nova Energia são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia e sua controlada Tietê Inova efetuaram os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa. Já as controladas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding e Nova Energia utilizando-se da apuração com base no balancete de redução apuraram prejuízo fiscal e não foi necessário efetuar antecipações.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPE's dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II e Guaimbê é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

16 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

16.1 Debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos:

Controladora										
2019										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	-	-	-	354.165
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	-	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	-	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	-	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.176	(1.410)	14.282	202.829	(9.857)	192.972	207.254
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	24.252	-	(378)	23.874	1.380.000	(2.743)	1.377.257	1.401.131
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.909	-	(2.248)	6.661	654.318	(26.515)	627.803	634.464
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	6.073	-	(629)	5.444	182.601	(7.418)	175.183	180.627
Total da dívida			65.770	371.554	(11.904)	425.420	3.716.174	(53.366)	3.662.808	4.088.228

Controladora										
2018										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	435	-	(962)	(527)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.380	(2.698)	679.682	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.567	-	(373)	4.194	334.870	(1.743)	333.127	337.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.325)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
Subtotal			67.880	1.051	(11.623)	57.308	3.013.562	(28.338)	2.985.224	3.042.532
Empréstimos e financiamentos										
Arrendamento financeiro	8,39 a 15,64		-	393	-	393	435	-	435	828
Subtotal			-	393	-	393	435	-	435	828
Total da dívida			67.880	1.444	(11.623)	57.701	3.013.997	(28.338)	2.985.659	3.043.360

Consolidado										
2019										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07% aa	260	24.085	(127)	24.218	65.237	(637)	64.600	88.818
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16% aa	236	12.051	(121)	12.166	66.339	(606)	65.733	77.899
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	-	-	-	354.165
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	-	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	-	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	-	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.176	(1.410)	14.282	202.829	(9.857)	192.972	207.254
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	24.252	-	(378)	23.874	1.380.000	(2.743)	1.377.257	1.401.131
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.909	-	(2.248)	6.661	654.318	(26.515)	627.803	634.464
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	6.073	-	(629)	5.444	182.601	(7.418)	175.183	180.627
Total das debêntures			66.266	407.690	(12.152)	461.804	3.847.750	(54.609)	3.793.141	4.254.945

		Consolidado							Total circulante + não circulante	
		Circulante					Não Circulante			
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa	228	967	-	1.195	86.079	-	86.079	87.274
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% aa	222	5.610	-	5.832	76.101	-	76.101	81.933
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	435	-	(962)	(527)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.380	(2.698)	679.682	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.567	-	(373)	4.194	334.870	(1.743)	333.127	337.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.325)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
Subtotal			68.330	7.628	(11.623)	64.335	3.175.742	(28.338)	3.147.404	3.211.739
Empréstimos e financiamentos										
Repasso BNDES - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,88% aa	2.271	38.220	-	40.491	619.109	-	619.109	659.600
Repasso BNDES (Banco do Brasil) - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,60% aa	879	14.586	-	15.465	235.599	-	235.599	251.064
BNDES (Subcrédito Social) - Tietê Eólica	2031	TJLP	11	232	-	243	4.454	-	4.454	4.697
Arrendamento financeiro		8,39 a 15,64	-	393	-	393	435	-	435	828
Subtotal			3.161	53.431	-	56.592	859.597	-	859.597	916.189
Total da dívida			71.491	61.059	(11.623)	120.927	4.035.339	(28.338)	4.007.001	4.127.928

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

16.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Repasses BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.513.877	944.527	2.458.404	1.684.454	944.527	960.640	3.589.621
Ingressos	1.450.000	422	1.450.422	1.450.000	422	-	1.450.422
Encargos financeiros	196.521	12.161	208.682	212.647	12.161	77.019	301.827
Variação monetária	36.744	-	36.744	40.228	-	10.114	50.342
Pagamento de principal	-	(900.592)	(900.592)	(8.612)	(900.592)	(51.700)	(960.904)
Pagamento de encargos financeiros	(140.095)	(56.487)	(196.582)	(152.463)	(56.487)	(80.712)	(289.662)
Diferimento custos de transação	(24.000)	-	(24.000)	(24.000)	-	-	(24.000)
Amortização custos de transação	9.485	797	10.282	9.485	797	-	10.282
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.042.532	828	3.043.360	3.211.739	828	915.361	4.127.928
Ingressos	2.200.000	-	2.200.000	2.200.000	-	-	2.200.000
Encargos financeiros	250.568	-	250.568	265.120	-	23.126	288.246
Variação monetária	56.575	-	56.575	60.728	-	3.497	64.225
Pagamento de principal	(1.183.459)	-	(1.183.459)	(1.190.176)	-	(912.614)	(2.102.790)
Pagamento de encargos financeiros	(252.679)	-	(252.679)	(265.666)	-	(29.370)	(295.036)
Diferimento custos de transação	(42.027)	-	(42.027)	(43.580)	-	-	(43.580)
Amortização custos de transação	16.718	-	16.718	16.780	-	-	16.780
Demais movimentações	-	(828)	(828)	-	(828)	-	(828)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.088.228	-	4.088.228	4.254.945	-	-	4.254.945

16.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade				
Controladora	4ª Emissão (3ª série)	301.758	15/12/2015	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	-	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.				
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	99.682	Dezembro de 2022	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.				
Controladora	6ª Emissão (1ª série)	1.000.000	15/04/2017	CDI + 0,90%	Semestrais	Anual	(ii) 341.190	Abril de 2021	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures				
	6ª Emissão (2ª série)			IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	(ii) 341.190	Abril de 2022					
Controladora	7ª Emissão (1ª série)	1.250.000	15/02/2018	CDI + 0,52%	Única	Única	(ii) 500.000	Fevereiro de 2020					
	7ª Emissão (2ª série)			CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	375.000	Fevereiro de 2022		Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora			
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/05/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	217.005	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora				
	9ª Emissão Debêntures (1ª série)									CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.380.000
Controladora	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	2.200.000	15/03/2019	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	654.318	Março de 2027	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbé e AGV				
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)							IPCA + 4,71%		Anual	Anual	182.601	Março de 2028
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)							IPCA + 4,71%		Anual	Anual	182.601	Março de 2029
AES Tietê Eólica	Repasso BNDES (Banco do Brasil) BNDES (Subcrédito Social)	1.044.100	15/12/2014	TJLP + 2,88% aa TJLP	Mensal	Mensal	(ii) 649.306 (ii) 245.475	Dezembro de 2031	Financiamento dos parques de Alto Sertão II				
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	89.322 78.390	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II				

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo da dívida.
- (ii) Em abril de 2019, parte dos recursos obtidos por meio da 1ª série da 9ª emissão de debêntures foram destinados ao resgate antecipado facultativo total da 1ª série da 6ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$682.957 (R\$682.380 de principal e R\$577 de juros), com o consequente pagamento de prêmio de resgate antecipado, no montante de R\$6.122 (vide nota explicativa nº 28), e ao resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série da 7ª emissão, no montante de R\$540.280 (R\$500.000 de principal e R\$40.280 de juros). O resgate antecipado facultativo foi realizado para alongamento da dívida e obtenção de melhores condições de taxa.
- (iii) Os recursos aportados pela Companhia para a controlada Nova Energia por meio de AFAC, no montante de R\$854.409 (vide nota explicativa nº 11), foram utilizados para os seguintes resgates antecipados: (i) financiamento com o BNDES, no valor total de R\$653.406; e (ii) financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$245.475.

Todas as emissões da Controladora são quirográficas, não possuindo garantias, com exceção da 8ª emissão de debêntures, que contém: (i) garantia fidejussória prestada pelas SPE's do Complexo solar de Boa Hora; (ii) penhor de ações das referidas SPE's; e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios. Além disso, a debênture conta também com uma conta reserva relacionada ao pagamento das debêntures e com uma conta de complementação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (vide nota explicativa nº 9), para que no caso de descumprimento deste índice, a Controladora possa complementá-lo e, conseqüentemente, atingindo seu cumprimento.

16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional								
CDI	2.172.796	52,31	1.992.772	64,63	2.172.796	50,28	1.992.772	47,81
IPCA	1.980.702	47,69	1.089.721	35,34	2.148.910	49,72	1.258.928	30,21
TJLP	-	-	-	-	-	-	915.361	21,96
Taxa fixa	-	-	828	0,03	-	-	828	0,02
Total	4.153.498	100,00	3.083.321	100,00	4.321.706	100,00	4.167.889	100,00

16.5 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Debêntures	Custos de transação	Total
2021	52.881	(8.352)	44.529
2022	524.638	(8.296)	516.342
2023	687.216	(7.122)	680.094
2024	211.618	(6.689)	204.929
2025	36.160	(7.164)	28.996
Após 2025	2.335.237	(16.986)	2.318.251
	3.847.750	(54.609)	3.793.141

16.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos

	2019	2018
CDI ⁽ⁱ⁾	4,40%	6,40%
TJLP ⁽ⁱ⁾	5,57%	6,98%
IPCA ⁽ⁱⁱ⁾	4,31%	3,75%

(i) Índice do último dia útil do período

(ii) Índice acumulado dos últimos 12 meses

16.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, conforme definidos nos contratos, a Companhia e sua controlada indireta Tietê Eólica acompanham *covenants* qualitativos. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Emissões - AES Tietê Energia S.A.		Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/12/2019
4ª, 5ª e 6ª Emissões	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 3,5x$ ou $\leq 3,85x$ em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro		2,79x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$		3,00x
7ª Emissão	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,0x$, sendo que em caso de Evento de Investimento (ii) pela emissora, o índice assume os seguintes limites: (a) $\leq 4,5x$ durante o período de 12 meses; (b) $\leq 4,25x$ do 13º ao 24º mês; e (c) $\leq 4,0x$ até a data de vencimento		2,79x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$		3,00x
8ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida da 8ª Emissão da Companhia. A periodicidade da verificação deste índice é anual, com base nas demonstrações contábeis dessas SPEs e da Companhia.	ICSD: $\geq 1,2x$		Atendido (iii)
9ª Emissão	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$		2,79x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$		3,00x
Emissões - AES Tietê Eólica S.A.		Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/12/2019
1ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$		Atendido (iv)

- (i) **EBITDA ajustado**: significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha "Resultado antes dos tributos sobre o lucro" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.
- (ii) **Evento de investimento**: Significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.
- (iii) O ICSD deve ser igual ou superior a 1,2 vez e, conforme depósito em conta de complementação do ICSD no montante de R\$26.600, em janeiro de 2020, valor necessário para que o ICSD fosse maior ou igual a 1,2 vez, conforme previsto na escritura de emissão e no contrato de cessão fiduciária, em 31 de dezembro de 2019, primeira data de apuração do ICSD, este índice financeiro foi cumprido. Em função do complemento ter sido realizado em janeiro de 2020, não houve registro nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019. Em 2020, este montante será apresentado como uma garantia de financiamento, na nota explicativa nº 9.

- (iv) **Condições Restritivas:** A controlada indireta Tietê Eólica possui debênture de infraestrutura com cláusulas de condições restritivas, tais como não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima do dividendo mínimo obrigatório, que representa de 1% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) preenchidas as contas pagamento debêntures, contas reservas de debêntures e O&M; (ii) atingido o ICSD mínimo de 1,30 vez; e (iii) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; e (iv) verificação do *completion* físico LER 2010 e *completion* Físico LEN 2011. Uma vez que todos os itens acima forem cumpridos, a Companhia poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2019, este índice financeiro foi cumprido.

17 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Na adoção inicial do pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados entre aluguel de terrenos (284 contratos) e aluguel de sedes administrativas (2 contratos). Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconheceu um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia empregou os seguintes critérios: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses; (ii) contratos de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se as taxas de desconto nominal de 13,93% e 14,85% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, das sedes administrativas e terrenos, respectivamente, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento, da autorização ou da concessão, o que for menor.

Durante o exercício de 2019, considerando as reduções da taxa básica de juros (SELIC), a Companhia e suas controladas redefiniram as taxas para as sedes e terrenos, sendo 8,67% e 10,08% a.a., respectivamente, mensurando assim o novo valor presente do passivo de arrendamento.

A taxa de desconto reflete o custo de captação da Companhia. Além disso, foram considerados *spread* bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantia oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	14.069	39.639
Remensuração	7.190	20.593
Ingressos	-	4.506
Encargos financeiros	1.933	5.785
Pagamento de principal	(2.969)	(7.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.223	62.727

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2020	714	1.063
Subtotal	714	1.063
NÃO CIRCULANTE		
2021	776	1.159
2022	845	1.267
2023	921	1.384
2024	1.003	1.512
2025	1.092	1.652
Após 2025	14.872	54.690
Subtotal	19.509	61.664
Total	20.223	62.727

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, alguns contratos de arrendamento não foram incluídos no escopo de reconhecimento por terem duração inferior a 12 meses ou valores abaixo de R\$387. Para estes casos, os pagamentos permanecem reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

A Companhia reconheceu na mensuração inicial o referido passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso, na rubrica Imobilizado. Vide nota explicativa nº 12.

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$7.137 e R\$6.680, totalizando R\$13.817 (nota explicativa nº 29). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, conforme demonstrado na nota explicativa de partes relacionadas nº 29, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

Ofício circular CVM 02/2019

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na

informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientações técnicas da CVM contidas no ofício circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, visando preservar os investidores do mercado brasileiro, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento e do direito de uso, das despesas financeira e das despesas de depreciação do exercício social encerrado:

	Controladora	Consolidado
CPC 06 (R2) / IFRS 16	20.223	62.727
Ofício CVM	26.696	90.417
Passivo de arrendamento	-24%	-31%
CPC 06 (R2) / IFRS 16	6.238	61.080
Ofício CVM	6.519	85.501
Direito de uso líquido, líquido de depreciação	-4%	-29%
CPC 06 (R2) / IFRS 16	(773)	(2.733)
Ofício CVM	(790)	(3.558)
Depreciação do direito de uso	-2%	-23%
CPC 06 (R2) / IFRS 16	1.933	5.785
Ofício CVM	2.479	8.093
Juros do passivo de arrendamento	-22%	-29%

18 OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Funcesp é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Tietê, que trata do fechamento às novas adesões. O novo regulamento tem início de vigência em 1º de junho de 2019. Adicionalmente, nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD).

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria por meio de avaliação atuarial realizada em bases anuais, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas descritas a seguir. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Ao final do exercício de 2019, a Companhia procedeu à avaliação atuarial

anual, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: (i) Taxa de desconto: a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido; (ii) Taxa de mortalidade: se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Funcesp testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. (iii) Aumento salarial, benefícios e inflação: a hipótese de crescimento salarial é definida pela Companhia, de acordo com sua política de remuneração, para refletir a expectativa de crescimento salarial real para os próximos anos. Os reajustes de benefícios são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, que é o indexador do plano. Em relação à taxa de inflação, foi determinado 4,0% com base nas taxas projetadas para os próximos 10 anos. (iv) A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Funcesp). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Em 31 de dezembro de 2019, a FUNCESP indicou um déficit no plano BD de R\$8.385 (R\$17.869 em 31 de dezembro de 2018). Não foi proposto plano para equacionamento, pois este resultado está abaixo do limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que para o exercício de 2019 é de R\$16.578 (R\$19.919).

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas distintas.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano. Em 31 de dezembro de 2019, esse plano apresentou superávit técnico pela Funcesp de R\$22.186 (R\$12.673 em 31 de dezembro de 2018).

18.1 Ativos e passivos atuariais

	Consolidado	
	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais	538.210	433.263
Valor justo dos ativos do plano	(449.209)	(401.124)
Total do passivo (ativo) registrado	89.001	32.139

18.2 Movimentações do valor presente das obrigações atuariais

	Consolidado	
	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	433.263	372.169
Custo dos serviços correntes	3.850	3.118
Custo dos juros	40.496	36.650
Contribuições dos empregados	1.826	1.635
Benefícios pagos	(23.575)	(21.255)
Perda (Ganho) atuarial	82.350	40.946
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	538.210	433.263

18.3 Movimentações do valor justo dos ativos do plano

	Consolidado	
	2019	2018
Valor dos ativos do plano no início do exercício	401.124	368.215
Contribuição do empregador	1.505	1.346
Ganho atuarial nos ativos do plano	30.787	14.787
Contribuições dos empregados	1.826	1.635
Rendimento esperado dos ativos do plano	37.542	36.396
Benefícios pagos	(23.575)	(21.255)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	449.209	401.124

18.4 Despesas reconhecidas no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos serviços correntes	3.850	3.118	3.850	3.118
Custo dos juros	40.496	36.650	40.496	36.650
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(37.542)	(36.396)	(37.542)	(36.396)
Total das despesas benefício definido	6.804	3.372	6.804	3.372
Contribuição definida	1.291	1.430	1.278	1.459
Total da despesa no exercício	8.095	4.802	8.082	4.831

18.5 Movimentações do passivo (ativo) registrado

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	32.139	3.954
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	6.804	3.372
Pagamentos de contribuições	(1.505)	(1.346)
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações) (i)	51.563	26.159
Saldo no final do exercício	89.001	32.139

(i) O aumento significativo deve-se à redução taxa de desconto real, conforme poderá ser calculada com as informações divulgadas na nota explicativa nº 18.8.

18.6 Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	(24.993)	1.166
Perda atuarial gerado pela taxa de desconto	(80.293)	(17.700)
Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica	(2.177)	(23.246)
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	30.787	14.787
Saldo no final do exercício	(76.676)	(24.993)

18.7 Composição dos investimentos do plano por segmento

	Distribuição dos investimentos		Limite de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional	
	Mensuração do valor justo	2019		2018
Renda fixa	Nível 2	73,76%	78,52%	até 100%
Renda variável	Nível 2	17,91%	15,14%	até 70%
Empréstimos a participantes	Nível 2	1,16%	1,39%	até 15%
Investimentos estruturados	Nível 2	3,14%	2,13%	até 20%
Investimento no exterior	Nível 2	0,87%	0,79%	até 10%
Imóveis	Nível 3	3,16%	2,03%	até 8%
Total		100,00%	100,00%	

18.8 Premissas atuariais utilizadas

	2020	2019	2018
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	7,74%	9,62%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,60%	7,11%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,00%	4,50%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,00%	4,50%
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	7,74%	9,62%	10,14%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,60%	7,11%	7,11%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00%	4,50%	4,50%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,00%	4,50%	4,50%

18.9 Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício de 2020

	2020
Custo dos serviços correntes	4.469
Custo dos juros	40.588
Rendimento esperado dos ativos do plano	(33.844)
Total da despesa projetada para o exercício	11.213

18.10 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto no valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa está demonstrado abaixo.

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto	
			(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	3.181	18.579	-	-	(16.921)	17.849
Total da obrigação de benefício definido	541.391	556.789	538.210	538.210	521.289	556.059

18.11 Outras informações sobre as obrigações atuariais

As contribuições da patrocinadora esperadas para o exercício de 2019 correspondem a R\$1.678 (R\$1.283 em 31 de dezembro de 2018).

A média ponderada da duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 13,05 anos (11,76 anos em 31 de dezembro de 2018).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

	2019
1 ano	27.631
Entre 2 e 5 anos	129.551
Após 5 anos	199.564
Total de pagamentos esperados do plano	356.746

18.12 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

18.13 Participantes dos planos de aposentadoria

	Consolidado	
	2019	2018
Participantes ativos	251	256
Participantes aposentados e pensionistas	424	412
Participantes coligados e autopatrocinados	61	59
Total de participantes	736	727

19 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Trabalhista (a)	3.669	5.161	1.057	3.895	3.669	5.161	1.057	3.895
Meio ambiente (b)	741	1.877	-	-	741	1.877	-	-
Regulatório (c)								
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	36.031	33.984	-	-	36.031	33.984	-	-
Despacho 288 (c.2)	37.893	36.441	-	-	37.893	36.441	-	-
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.997	5.878	-	-	5.997	5.878	-	-
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	13.830	9.611	13.689	9.070	13.830	9.611	13.689	9.070
Cível (e)								
Arbitragens (e)	-	-	-	-	39.752	32.477	-	-
Outros processos cíveis	3.794	3.472	-	-	3.794	3.472	-	-
Total	101.955	96.424	14.746	12.965	141.707	128.901	14.746	12.965
Circulante	3.594	3.933			43.346	36.410		
Não Circulante	98.361	92.491			98.361	92.491		
Total	101.955	96.424			141.707	128.901		

O total de cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$15.212 (R\$13.735 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado							
	2019				2018			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	1.057	165	301	1.523	3.895	211	559	4.665
Fiscal	13.689	-	-	13.689	9.070	-	-	9.070
Cível	-	-	19	19	-	-	-	-
Total	14.746	165	320	15.231	12.965	211	559	13.735

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.820	2.051	59.762	9.687	3.125	79.445
Provisão	1.982	100	-	5.231	-	7.313
Atualização monetária	527	-	3.219	571	347	4.664
Atualização cambial	-	-	7.444	-	-	7.444
Reversão de provisão	(613)	(274)	-	-	-	(887)
Pagamentos	(1.555)	-	-	-	-	(1.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.161	1.877	70.425	15.489	3.472	96.424
Provisão	2.061	7	-	3.662	100	5.830
Atualização monetária	238	93	1.452	688	322	2.793
Atualização cambial	-	-	2.047	-	-	2.047
Reversão de provisão	(323)	(1.236)	-	-	-	(1.559)
Pagamentos	(3.468)	-	-	(12)	(100)	(3.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.669	741	73.924	19.827	3.794	101.955

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.820	2.051	59.762	9.687	61.125	137.445
Provisão	1.982	100	-	5.231	-	7.313
Atualização monetária	527	-	3.219	571	2.395	6.712
Atualização cambial	-	-	7.444	-	-	7.444
Reversão de provisão	(613)	(274)	-	-	-	(887)
Pagamentos	(1.555)	-	-	-	(27.571)	(29.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.161	1.877	70.425	15.489	35.949	128.901
Provisão	2.061	7	-	3.662	100	5.830
Atualização monetária	238	93	1.452	688	1.948	4.419
Atualização cambial	-	-	2.047	-	-	2.047
Reversão de provisão	(323)	(1.236)	-	-	-	(1.559)
Pagamentos (i)	(3.468)	-	-	(12)	(34.203)	(37.683)
Outros (ii)	-	-	-	-	39.752	39.752
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.669	741	73.924	19.827	43.546	141.707

- (i) Refere-se principalmente à decisão desfavorável da arbitragem A, conforme detalhado no item (e) abaixo. O pagamento parcial da contraprestação transferida em troca da aquisição do controle acionário do Complexo Alto Sertão II, no montante de R\$34.103 foi considerado nas demonstrações dos fluxos de caixa como uma atividade de investimento, linha aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas.
- (ii) Refere-se à alocação de parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II, que passou da rubrica “Outras obrigações” para “Provisões para processos judiciais”, conforme detalhado no item (e) abaixo.

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) **Trabalhistas:** Existem 94 processos (140 em 31 de dezembro de 2018) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 18 processos (38 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$3.669. (R\$5.161 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2020 e 2023.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 108 processos (333 em 31 de dezembro de 2018) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 98 demandas (R\$281 em 31 de dezembro de 2018), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$741 (R\$1.877 em 31 de dezembro de 2018). A redução no saldo de processos

prováveis refere-se ao fato de que a Companhia firmou um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público, acarretando o encerramento de 185 ações.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2020 e 2024.

(c) Regulatório:

(c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$36.031 (R\$33.984 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2022.

(c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$37.893 (R\$36.441 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$132.194 (R\$129.530 em 31 de dezembro de 2018) envolvidos na discussão, R\$5.997 (R\$5.878 em 31 de dezembro de 2018) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2021.
- (d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2019, corresponde a R\$13.830 (R\$9.611 em 31 de dezembro de 2018) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$13.689 (R\$9.070 em 31 de dezembro de 2018). Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

(e) Cível:

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$58.000. Desse montante, R\$22.265 já estavam registrados no balanço patrimonial da adquirida, na rubrica de “Fornecedores”. Tais valores estavam relacionados a dois procedimentos arbitrais movidos em face da Renova e das 15 SPE’s relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época. Como a Companhia efetuou o pagamento dos valores relativos a uma das arbitragens (“arbitragem B”), com a posterior liberação da “escrow” correspondente, permanece em andamento apenas um caso.

O procedimento de arbitragem (“arbitragem A”) foi iniciado em dezembro de 2015, relativo à execução de contratos de locação de guindastes e montagem de torres em parques eólicos, com o objetivo de obter os valores remanescente devidos por supostos atrasos nos cronogramas de obras, alegadamente atribuíveis à Renova. Em julho de 2018, foi proferida sentença arbitral julgando procedentes os pedidos das requerentes e improcedentes os pedidos da Renova, determinando a liquidação de parte da sentença para apuração dos valores relativos a determinados pleitos. Em virtude da ausência de pagamento espontâneo, por parte da Renova, com relação à parte líquida da sentença arbitral, foi ajuizada ação judicial para execução de sentença arbitral. Em fevereiro de 2019, foi proferida decisão que deferiu a penhora da quantia atualizada de R\$34.103. Em decorrência, foi bloqueado o montante total disponível nas contas de titularidade das SPE’s o valor total de R\$27.405, sendo o saldo remanescente de R\$6.698 pago diretamente pela Companhia, pois, por ser a atual controladora das SPE’s, é devedora solidária no polo passivo das demandas judiciais. Conforme condição precedente do Memorando de Fechamento da aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, em 2017 a Companhia efetuou depósito de garantias para litígios, assim como o provisionamento das obrigações de aquisição. Em abril de 2019, Companhia ressarciu as SPE’s por meio das “escrows” correspondentes. Atualmente, aguarda-se decisão do juízo quanto a extinção do feito com relação a essa parcela da condenação. Com relação aos pedidos ilíquidos, em 22 de abril de 2019, o assistente técnico apresentou o laudo pericial, apontando que os pleitos outrora tidos como ilíquidos atingem o montante atualizado até 31

de dezembro de 2019 de R\$39.752. Em 28 de agosto de 2019, ambas as partes apresentaram nova manifestação quanto ao laudo pericial. Importante ressaltar que este montante faz parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II e, por este motivo, estava provisionado em obrigações de aquisições. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável. Conforme detalhado na nota explicativa nº 9, os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia reclassificou o referido montante de obrigações de aquisições para processos judiciais. Atualmente, aguarda-se a manifestação das partes acerca do laudo pericial, oportunidade em que será possível questionar os valores apurados pelo perito e, apenas após essa fase, as empresas terão pleno conhecimento do montante da condenação a ser adimplido.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	8.734	8.709	15.341	8.709
Fiscal (c)	665.294	328.114	665.294	328.114
Regulatório (d)	-	109.482	-	109.482
Total	674.028	446.305	680.635	446.305

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de

Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e

- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a Companhia tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.5.
- (b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental

e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$8.734, atualizado até 31 de dezembro de 2019 (R\$7.963 em 31 de dezembro de 2018).

(b.3) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 19.1(e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de R\$6.607, atualizado até 31 de dezembro de 2019

(c) Fiscal:

(c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 19.1 sendo estimado como perda possível R\$126.197 de um total de R\$132.194 (R\$123.652 de um total de R\$129.530 em 31 de dezembro de 2018). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 em R\$50.334. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2020. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2021.

(c.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$158.540 atualizado até 31 de dezembro de 2019 (R\$153.772 até 31 de dezembro de 2018). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração

apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em relação ao andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (c.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$9.463 (R\$9.165 em 31 de dezembro de 2018).
- (c.4) Mandado de Segurança- Multa de Mora: Em abril de 2005, a Companhia moveu ação judicial em face da União Federal com o intuito de afastar a aplicação de multa de mora dos pagamentos de diferenças espontaneamente recolhidas a título de Contribuição ao PIS e da COFINS, referentes aos meses de junho a outubro de 2004. Em outubro de 2005, foi proferida decisão de 1ª instância, favorável aos interesses da Companhia. Em decorrência, a União Federal interpôs o recurso de apelação. Em setembro de 2008, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso da União Federal, mantendo a decisão favorável a Companhia. Em face desta decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou que fosse realizado o juízo de retratação e, com isso, um novo julgamento do recurso de apelação da União. Em fevereiro de 2010, foi proferida decisão monocrática favorável aos interesses da União Federal. Em decorrência, em fevereiro de 2011, a Companhia interpôs Recurso Especial. Em virtude do encerramento de forma desfavorável aos interesses da Companhia, verificou-se que os pagamentos das diferenças PIS e da COFINS, objeto de processo administrativo próprio, foi integralmente homologado pela Receita Federal do Brasil, tendo sido encerrado de forma favorável a Companhia. Sendo assim, como os pagamentos que deram ensejo a aplicação da multa foram integralmente reconhecidos pela Receita Federal, não há que se falar na possibilidade de cobrança da multa em questão.
- (c.5) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de

2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 31 de dezembro de 2019 é de R\$20.178 (R\$15.577 em 31 de dezembro de 2018).

- (c.6) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$316.945 atualizado até 31 de dezembro de 2019. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a Companhia verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 316.945, R\$ 91.541 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$226.600 atribuíveis à Companhia. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a Companhia notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa, a qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável a Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade.
- (c.7) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$102.595 atualizado até 31 de dezembro de 2019. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa, a qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d) Regulatório: Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013: A Resolução CNPE nº 3, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação era classificada como possível.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 15 de dezembro de 2014, a União interpôs o recurso de apelação, para o qual foi negado provimento pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal. Em face desta decisão, a União interpôs recurso especial, tendo sido proferida decisão que negou seguimento ao recurso.

Considerando que a União não interpôs agravo contra a decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, em 03 de junho de 2019, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão de apelação.

Assim, em virtude do encerramento da ação de forma favorável aos interesses da Companhia, a probabilidade anteriormente classificada como possível torna-se extinta.

19.3 Processos fiscais com probabilidade de perda classificada como remoto

A Companhia deve divulgar quaisquer ativos e passivos contingentes relacionados a tributo. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza fiscal com probabilidade de perda classificada como remoto no montante de R\$310.323. Para estes processos, não há depósitos judiciais, visto que o prognóstico é classificado como remoto.

19.4 Outros processos - Rebaixamento Hidrelétrico (*Generation Scaling Factor* - GSF)

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação no âmbito da Ação Judicial, entre elas a Companhia. Em 07 de fevereiro de 2018, a ação judicial foi julgada improcedente em 1ª instância e, consequentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, julgados em 16 de fevereiro de 2018, preservando os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANEEL opôs embargos de declaração, com o objetivo de reformar a parcela da decisão que restabeleceu os efeitos de liminar. Em 06 de março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos embargos de declaração da ANEEL e, consequentemente, manteve os efeitos da liminar favorável à APINE. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, através de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de 07 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2018).

Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL. A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância.

Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, consequentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial.

A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença. Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondentes ao período posterior a fevereiro de 2018 passem ser liquidados pela CCEE. Com relação ao mérito da discussão, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE.

A Companhia estima que o provável desembolso relacionado a esta discussão é composto pelo passivo registrado sob a rubrica de fornecedores, no montante de R\$1.118.967, deduzido o valor a receber do mercado de curto prazo, no montante de R\$97.426, totalizando o valor de R\$1.021.541 (R\$739.637 em 31 de dezembro de 2018). O passivo registrado refere-se aos montantes recebidos pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os efeitos das medidas liminares. Já o ativo, refere-se a saldos pendentes de recebimentos relacionadas a transações de energia no mercado de curto prazo, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Vide rubrica

mercado de curto prazo da nota explicativa nº 5. Com a finalidade de atender possíveis compromissos futuros do GSF, esses montantes recebidos estão mantidos em investimentos, sob a rubrica “Investimentos de curto prazo”. Vide notas explicativas nº 14 e 30.3 (b.2).

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	6	184.306	0,35 a 2,80%
Trabalhista	1	727	0,28%
Cível	1	8.561	0,35%
	8	193.594	

20 ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	8.552	8.065	8.552	8.065
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.307	2.675	8.307	2.675
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	506	411	506	411
Ministério de minas e energia	253	205	253	205
Taxa de fiscalização ANEEL	681	565	841	648
Subtotal	18.299	11.921	18.459	12.004
NÃO CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	9.726	15.788	9.726	15.788
Subtotal	9.726	15.788	9.726	15.788
Total	28.025	27.709	28.185	27.792

21 OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ressarcimento passivo (i)	-	-	43.754	12.384
Obrigações de aquisições (ii) e (iii)	39.752	19.989	1.250	19.989
Participação nos lucros e resultados	10.733	10.513	10.755	10.609
Férias	7.986	7.643	8.006	7.761
Ajuste financeiro MCSD (v)	-	-	5.138	335
Encargos sociais sobre férias e gratificações	2.818	2.748	2.825	2.791
Meio ambiente	1.927	1.583	2.353	2.009
Obrigações especiais (iv)	484	459	484	459
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	281	2.861
Demais obrigações	3.511	4.371	10.913	6.719
Subtotal	67.211	47.306	85.759	65.917

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações de aquisições (ii)	30.370	64.798	30.370	46.615
Meio ambiente	9.174	7.850	15.761	14.442
Obrigações especiais (iv)	3.426	3.879	3.426	3.879
Ajuste financeiro MCSD (v)	-	-	467	5.934
Provisões para desmobilização (vi) (nota 12)	-	-	13.225	12.821
Ressarcimento passivo (i)	-	-	9.496	34.748
Demais obrigações	3.732	3.728	3.947	4.536
Subtotal	46.702	80.255	76.692	122.975
Total	113.913	127.561	162.451	188.892

- (i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos.
- (ii) Na controladora refere-se à parte da contraprestação a ser transferida em troca da aquisição do controle acionário do Complexo Alto Sertão II. No consolidado, devido ao andamento do procedimento arbitral relacionado aos pedidos anteriormente ilíquidos, o montante atualizado de R\$39.752 foi reclassificado para a rubrica de processos judiciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.1 (e) de provisões para processos judiciais e outros. No passivo não circulante, as obrigações de aquisições totalizam R\$30.370 referem-se a R\$28.849 de Earn-out e R\$1.521 de indenizações gerais.
- (iii) O montante de R\$1.250 apresentado na demonstração consolidada refere-se à contraprestação transferida a ser pago pela controlada Tietê Inova em troca do controle das adquiridas Inova I e Inova II, ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes específicas, conforme apresentado na nota explicativa nº 1.4.
- (iv) De acordo com a publicação do Decreto 9022/2017, em seu artigo 27, os recursos do fundo de reversão e da Reserva Global de Reversão (RGR) que foram investidos e não compensados serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos. Assim, a Companhia amortizará integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026. A CCEE vem cobrando o referido saldo em parcelas mensais, aplicando juros de 5% a.a.
- (v) De acordo com o estabelecido no contrato de venda para a Renova Comercializadora de Energia S.A, firmado em 03 de agosto de 2017, a diferença entre a energia comprada e a energia entregue, geraria uma obrigação de ressarcimento, com as mesmas regras do CCEAR com a CCEE. O ressarcimento é atualizado pelo IPCA e será pago até dezembro de 2020.
- (vi) Em junho de 2018, a Companhia reconheceu provisão no montante de R\$12.530 em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi de 4,1% na data-base da avaliação.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$474.607 (R\$416.646 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 1.995.532.616 ações, sendo 786.265.136 ações ordinárias e 1.209.267.480 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Em 07 de agosto de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”) deliberou pelo aumento do capital social no valor de R\$57.961, mediante a capitalização parcial da reserva especial de ágio, mediante emissão de 11.090.552 novas ações ordinárias e 17.057.152 novas ações preferenciais, idênticas às ações de tais espécies já existentes, ao preço de emissão de R\$2,06 por ação ordinária e preferencial, equivalentes a R\$10,30 por *unit*. O capital social da Companhia passou de R\$416.646 para R\$474.607.

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações:

	2019		2018	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	484.392	61,61	477.289	61,57
BNDESPar	113.392	14,42	111.478	14,38
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.675	4,03	31.228	4,03
Outros	156.806	19,94	155.179	20,02
Total das ações ordinárias em circulação	786.265	100,00	775.174	100,00
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	1.562	0,13	472	0,04
BNDESPar	453.554	37,51	445.910	37,40
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	126.701	10,48	124.913	10,48
Outros	627.450	51,88	620.915	52,08
Total das ações preferenciais em circulação	1.209.267	100,00	1.192.210	100,00
Total das ações	1.995.532		1.967.384	

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite capital social autorizado por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção das ações existentes, podendo também emitir bônus de subscrição.

Na emissão de ações dentro do limite do capital autorizado serão fixados: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço da emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações (“Lei das Sociedades por Ações”).

22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	2019	2018
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	128.609	186.570
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas (b)	3.274	2.839
Resultado na alienação de ações em tesouraria	264	264
Subtotal	141.552	199.078
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos (c)	685.646	743.629
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Plano de previdência privada - ganho (perda) atuarial, líquido de impostos (d.1)	(50.526)	(16.494)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas (d.2)	(9.380)	-
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	1.797
Subtotal	(59.906)	(14.697)
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (e)	94.921	83.329
Proposta de distribuição de dividendos adicionais (nota 23)	97.477	78.616
Reserva de investimentos	16.873	16.873
Subtotal	209.271	178.818
Total	976.563	1.106.828

- (a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda. no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; (ii) incorporação do ágio da AES Tietê Participações S.A. no montante de R\$25.617, conforme deliberado na AGE realizada em 28 de setembro de 2007; e (iii) incorporação do ágio da AES Brazilian Energy Holdings no montante de R\$108.652 como parte da reorganização societária, totalizando R\$341.198.

Em 05 de julho de 2016 e 07 de agosto de 2019, a Companhia aumentou seu capital, mediante a capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio nos valores de R\$154.628 e R\$57.961, respectivamente, decorrentes da realização do benefício fiscal do ágio, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$128.609.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da AES Holding Brasil Ltda. e da BNDESPAR, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 8.

- (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (c) Ajuste de Avaliação Patrimonial (custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1 de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o

valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e são realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

- (d) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos outros resultados abrangentes era composto pela perda atuarial do plano de pensão e pelo hedge de fluxo de caixa.
 - (d.1) Perda atuarial do plano de pensão apresentam (R\$50.526) ((R\$16.494) em 31 de dezembro de 2018), líquido de imposto de renda e contribuição social.
 - (d.2) Parcela efetiva resultante de variações no valor justo de instrumentos de hedge contratados para fins de hedge de fluxo de caixa e reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no montante de (R\$9.380) (R\$1.797 em 31 de dezembro de 2018). Para mais detalhes vide nota explicativa nº 30.2.
- (e) De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu R\$11.592 e atingiu o limite estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

23 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

23.1 Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo circulante nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intermediários e/ou intercalares - quando de sua aprovação pela Reunião do Conselho de Administração (RCA); (ii) se aplicável, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social; (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela AGO, e (iv) juros sobre o capital próprio - quando de sua aprovação pela RCA ou AGO.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas com juros sobre o capital próprio.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	300.119	287.963
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	57.983	58.113
Ajuste por conta de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	520	201
Constituição de reserva legal (nota 22.1 (e))	(11.592)	-
Base para pagamento de dividendos	347.030	346.277
Destinação:		
Dividendos intermediários distribuídos	205.137	211.888
Juros sobre o capital próprio	44.416	47.363
Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório	97.477	78.616
Reserva de investimentos	-	8.410
Total destinado	347.030	346.277

23.1.1 Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício de 2018 pagos em 2019

Em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$78.616, correspondente a R\$0,03996170425 por ação ordinária e preferencial e R\$0,19980852125 por *unit* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais”. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 24 de julho de 2019.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2018, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2018, no montante de R\$47.363 correspondente a R\$0,02407399362 por ação ordinária e preferencial e R\$0,12036996810 por *unit*. A Companhia realizou o pagamento em 24 de julho de 2019.

23.1.2 Dividendos do exercício de 2019 pagos durante o exercício

- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$63.497 correspondente a R\$0,03227507501 por ação ordinária e preferencial e R\$0,16137537505 por *unit* referente ao período encerrado em 31 de março de 2019. O pagamento foi realizado em 24 de julho de 2019.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de agosto de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$35.207 correspondente a R\$0,01789513391 por ação ordinária e preferencial e R\$0,08947566955 por *unit* referente ao período encerrado em 30 de junho de 2019. O pagamento foi realizado em 23 de outubro de 2019.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$106.431 correspondente a R\$0,05333477657 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,26667388285 por *unit* referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2019. O pagamento foi realizado em 22 de novembro de 2019.

23.1.3 Juros sobre o capital próprio do exercício de 2019

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro de 2019, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2019, no montante de R\$44.416 correspondente a R\$0,02225777847

por ação ordinária e preferencial e R\$0,11128889237 por *unit*. O pagamento será realizado no exercício social de 2020, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia.

23.1.4 Dividendos adicionais propostos

A Diretoria encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 17 de fevereiro de 2020, proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2019, no valor de R\$97.478 correspondente a R\$0,04884797191 por ação ordinária e preferencial e R\$0,24423985955 por *unit*.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório”, até a sua aprovação pela AGO.

23.2 Movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.646
Dividendos complementares	47.678
Dividendos intermediários	211.888
Juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF	40.635
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(270.061)
Prescrição de dividendos	(201)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.585
Dividendos complementares	78.616
Dividendos intermediários	205.137
Juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF	38.191
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(324.142)
Prescrição de dividendos	(520)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.867

24 RESULTADO POR AÇÃO

24.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com a nota explicativa nº 22, a Companhia emitiu 11.090.552 ações ordinárias e 17.057.152 ações preferenciais através de capitalização de parcela da reserva especial de ágio. A Companhia entende que a transação ocorreu sem ingresso de novos recursos, sendo assim, considerou necessário ajustar a média ponderada de ações como se o evento tivesse ocorrido no início do último período apresentado. Desta forma, o cálculo do resultado básico e diluído por ação foi ajustado para o período comparativo apresentado. Assim, tanto o numerador (lucro do período) quanto denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais (em milhares de ações) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Ações ordinárias:	Quantidade de ações	Número de dias - %	Média ponderada
Data inicial			
01.01.2019 a 07.08.2019	775.174	219 (60%)	465.105
08.08.2019 a 31.12.2019	786.265	146 (40%)	314.506
Total da média ponderada das ações ordinárias		365 (100%)	779.611

Ações preferenciais:	Quantidade de ações	Número de dias - %	Média ponderada
Data inicial			
01.01.2019 a 07.08.2019	1.192.210	219 (60%)	715.326
08.08.2019 a 31.12.2019	1.209.267	146 (40%)	483.707
Total da média ponderada das ações preferenciais		365 (100%)	1.199.033

24.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A remuneração das ações preferenciais é idêntica às ações ordinárias. A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Controladora	
	2019	2018
Numerador:		
Resultado líquido do exercício	300.119	287.963
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	779.611	775.170
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.199.033	1.192.192
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico por ação	1.978.644	1.967.362
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.978.644	1.967.362
Resultado básico por ação (R\$ por ação)		
Resultado básico por ação ordinária	0,15168	0,14637
Resultado básico por ação preferencial	0,15168	0,14637
Resultado básico por Unit	0,75840	0,73185

Resultado atribuível aos acionistas:

	2019	2018
Ordinárias	118.251	113.462
Preferenciais	181.868	174.501
Total	300.119	287.963

-

24.3 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22.1, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$128.609 (R\$186.570 em 31 de dezembro de 2018), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR Participações S.A., sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,24% para 46,35% em 31 de dezembro de 2019, considerando os preços das ações nesta mesma data, de R\$4,30 para as ações ordinárias e R\$2,97 para as ações preferenciais.

	Controladora	
	2019	2018
Numerador:		
Resultado líquido do exercício	300.119	287.963
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	791.396	811.205
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.225.274	1.248.162
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)		
Resultado diluído por ação ordinária	0,14882	0,13983
Resultado diluído por ação preferencial	0,14882	0,13983
Resultado diluído por Unit	0,74410	0,69915

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

	2019	2018
Ordinárias	117.775	113.466
Preferenciais	182.344	174.497
Total	300.119	287.963

25 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	10.429.502	1.765.374	9.491.390	1.600.084	10.429.503	1.765.682	9.491.390	1.600.084
Mercado de curto prazo								
MRE	1.968.860	21.767	221.900	1.608	1.968.860	21.767	221.900	1.608
SPOT	159.629	66.746	891.221	269.636	245.189	91.454	982.481	291.224
Outros	-	21.610	-	10.199	-	30.951	-	10.629
Leilão - Outras empresas	-	-	235.026	36.518	-	-	235.026	36.518
Contratos de energia eólicos	-	-	-	-	1.489.809	261.658	726.262	144.366
Contratos de energia solares	-	-	-	-	316.225	93.274	297.196	44.196
Partes relacionadas (nota 29)	133.935	5.745	-	-	-	1.227	-	12.632
Outras receitas	-	1.612	-	1.237	-	4.372	-	2.288
Receita operacional bruta	12.691.926	1.882.854	10.839.537	1.919.282	14.449.586	2.270.385	11.954.255	2.143.545
PIS e Cofins	-	(172.011)	-	(176.223)	-	(184.752)	-	(189.033)
ICMS	-	(16.365)	-	(14.164)	-	(19.677)	-	(14.164)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(16.104)	-	(16.571)	-	(16.104)	-	(16.571)
ISS	-	-	-	(2)	-	(129)	-	(244)
Receita operacional líquida	12.691.926	1.678.374	10.839.537	1.712.322	14.449.586	2.049.723	11.954.255	1.923.533

26 CUSTO DA ENERGIA COMPRADA E TRANSMISSÃO

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.395.656	(461.005)	1.648.191	(438.427)	2.395.656	(461.007)	1.650.370	(439.251)
Contratos com partes relacionadas (nota 29)	29.173	(8.691)	475.667	(117.276)	-	-	-	-
Mercado de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
MRE	139.277	(2.307)	433.578	(7.494)	139.277	(2.307)	433.578	(7.494)
SPOT	139.142	(43.031)	-	2.663	139.142	(43.163)	34.429	(10.355)
Outros	-	-	-	(5.322)	-	(2.327)	-	(5.600)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	(148.004)	-	(146.838)	-	(168.425)	-	(163.476)
Crédito de PIS e Cofins	-	63.324	-	88.764	-	63.324	-	88.763
Total	2.703.248	(599.714)	2.557.436	(623.930)	2.674.075	(613.905)	2.118.377	(537.413)

27 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Seguros	(10.178)	(9.835)	(12.370)	(11.320)
Contribuições setoriais	(6.439)	(6.873)	(6.756)	(7.097)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(177)	(518)	(8.371)	(2.950)
Outras doações	(2.778)	(3.117)	(2.778)	(3.077)
Arrendamentos e aluguéis	(840)	(1.533)	(648)	(4.903)
Multas contratuais	-	-	(5.548)	(644)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	5.175	2.777	5.637	2.777
Outros	(2.155)	(1.572)	(2.308)	(1.839)
Total	(17.392)	(20.671)	(33.142)	(29.053)

(i) A Companhia recebeu da massa falida do Banco Santos S.A., em agosto de 2019, um pagamento referente ao quinto rateio aos credores quirografários, no montante de R\$5.175.

28 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	67.803	96.981	73.702	98.273
Atualização de créditos tributários (i)	4.666	649	4.535	1.155
Renda de cauções e depósitos judiciais	4.905	7.884	9.877	12.024
PIS e COFINS sobre receita financeira	(3.651)	(5.231)	(3.934)	(5.567)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 29)	1.166	-	-	-
Outras	326	805	554	940
Total	75.215	101.088	84.734	106.825
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(267.286)	(218.964)	(304.361)	(312.109)
Atualização monetária GSF (nota 14)	(74.717)	(56.721)	(74.717)	(56.963)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(56.575)	(36.744)	(64.225)	(50.342)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(6.003)	(6.992)	(6.003)	(6.992)
Prêmio de resgate antecipado (nota 16.3)	(6.122)	-	(6.122)	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (ii)	4.343	1.647	23.257	11.004
Juros sobre passivos de arrendamento	(767)	-	(5.785)	-
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 29)	(1.166)	-	-	-
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(2.793)	(4.664)	(4.419)	(6.712)
Outras	(4.671)	(5.488)	(4.831)	(13.082)
Total	(415.757)	(327.926)	(447.206)	(435.196)
Variações Cambiais, líquidas				
Ganho (Perda) sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 19.1)	(2.047)	(7.444)	(2.047)	(7.444)
Marcação a mercado de derivativos	-	21.885	7.752	18.094
Outras	(17)	(81)	1.696	2.627
Total	(2.064)	14.360	7.401	13.277
Total Líquido	(342.606)	(212.478)	(355.071)	(315.094)

- (i) Principalmente relacionado à atualização monetária de duas decisões favoráveis, no montante total de R\$4.276. Vide nota explicativa nº 6.
- (ii) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,5% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (9,3% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), sobre os ativos qualificáveis.

29 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Outros ativos (ii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	22	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 2	21	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 3	40	-	-	-
Subarrendamento - AGV IV	22	-	-	-
Subarrendamento - AGV V	22	-	-	-
Subarrendamento - AGV VI	22	-	-	-
Subtotal	149	-	-	-
Outros ativos				
Dividendos a receber da Boa Hora 1	465	-	-	-
Dividendos a receber da Boa Hora 2	587	-	-	-
Dividendos a receber da Boa Hora 3	469	-	-	-
Dividendos a receber da Nova Energia	615	-	-	-
Dividendos a receber da AGV Solar IV	23	-	-	-
Dividendos a receber da AGV Solar V	58	-	-	-
Dividendos a receber da AGV Solar VI	56	-	-	-
Subtotal	2.273	-	-	-
Subtotal circulante	2.422	-	-	-
Outros ativos (ii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	2.199	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 2	2.199	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 3	2.199	-	-	-
Subarrendamento - AGV IV	2.357	-	-	-
Subarrendamento - AGV V	2.357	-	-	-
Subarrendamento - AGV VI	2.357	-	-	-
Subtotal não circulante	13.668	-	-	-
Total do ativo	16.090	-	-	-
Passivo				
Fornecedores (nota 14)				
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - Ametista (iv)	-	1.336	-	-
Compra de energia - Dourados (iv)	-	1.269	-	-
Compra de energia - Pelourinho (iv)	-	1.134	-	-
Compra de energia - Serra do Espinhaço (iv)	-	856	-	-
Compra de energia - Espigão (iv)	-	471	-	-
Compra de energia - Maron (iv)	-	1.328	-	-
Compra de energia - AGV Solar IV (vii)	824	-	-	-
Compra de energia - AGV Solar V (vii)	1.627	-	-	-
Compra de energia - AGV Solar VI (vii)	1.627	-	-	-
Subtotal	4.078	6.394	-	-
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (nota 14)	325	-	325	-
Total	4.403	6.394	325	-
Obrigações com entidade de previdência privada (nota 18)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (v)	89.001	32.139	89.001	32.139
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	9.194	9.776	9.194	9.776
Total do passivo	102.598	48.309	98.520	41.915

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (iii)			1.227	12.632
Cessão de energia - Maron (i)	249	-	-	-
Cessão de energia - Pilões (i)	249	-	-	-
Cessão de energia - Ametista (i)	249	-	-	-
Cessão de energia - Dourados (i)	249	-	-	-
Cessão de energia - Caetité (i)	91	-	-	-
Cessão de energia - Borgo (i)	45	-	-	-
Subtotal	1.132	-	1.227	12.632
Venda de energia - Caetité (iv)	193	-	-	-
Venda de energia - Ametista (iv)	1.126	-	-	-
Venda de energia - Dourados (iv)	1.210	-	-	-
Venda de energia - Pilões (iv)	723	-	-	-
Venda de energia - Pelourinho (iv)	289	-	-	-
Venda de energia - Borgo (iv)	193	-	-	-
Venda de energia - Serra do Espinhaço (iv)	193	-	-	-
Venda de energia - Espigão (iv)	96	-	-	-
Venda de energia - Maron (iv)	590	-	-	-
Subtotal	4.613	-	-	-
Total	5.745	-	1.227	12.632
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - Caetité (iv)	(193)	(16.188)	-	-
Compra de energia - Ametista (iv)	(1.126)	(15.735)	-	-
Compra de energia - Dourados (iv)	(1.210)	(14.942)	-	-
Compra de energia - Pilões (iv)	(723)	(14.829)	-	-
Compra de energia - Pelourinho (iv)	(289)	(13.358)	-	-
Compra de energia - Borgo (iv)	(193)	(10.980)	-	-
Compra de energia - Serra do Espinhaço (iv)	(193)	(10.075)	-	-
Compra de energia - Espigão (iv)	(96)	(5.547)	-	-
Compra de energia - Maron (iv)	(590)	(15.622)	-	-
Compra de energia - AGV IV (vii)	(824)	-	-	-
Compra de energia - AGV IV (vii)	(1.627)	-	-	-
Compra de energia - AGV VI (vii)	(1.627)	-	-	-
Subtotal	(8.691)	(117.276)	-	-
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (v) (nota 18)	(6.804)	(3.372)	(6.804)	(3.372)
Outras despesas operacionais				
Sublocação: Eletropaulo (vi)	-	(634)	-	(634)
Resultado financeiro				
Variáveis Monetárias - atualização do ônus de acordo bilateral	-	(113)	-	(180)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota 17)	1.166	-	-	-
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota 17)	(1.166)	-	-	-
Total do resultado	(9.750)	(121.395)	(5.577)	8.446

- (i) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e algumas controladas indiretas do Complexo Alto Sertão II, detalhadas na tabela acima. Os contratos tiveram validade de fevereiro a março de 2019, preço médio de R\$45,28 e volume envolvido de aproximadamente 37,15 MWh. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (ii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 17. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de outros créditos e contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$149 e R\$13.668, respectivamente, totalizando R\$13.817.
- (iii) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.

- (iv) A partir de janeiro de 2018, a Companhia passou a comprar energia das SPEs do Complexo Alto Sertão II através do MCSD, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE. O contrato teve validade até 31 de dezembro de 2018, preço médio de R\$246,55 e volume envolvido de aproximadamente 54,3 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros. Adicionalmente, a partir de fevereiro de 2019, novos contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 37,2 MWm de venda e 6,3 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.
- (v) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.
- (vi) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012. Em abril de 2018 houve rescisão desde contrato, sem ônus para a Companhia. As transações com a Eletropaulo estão sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, data em que a sua controladora direta AES Holdings Brasil Ltda vendeu a totalidade das suas ações para Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.
- (vii) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da AGV Solar. Esses contratos têm validade para o mês de dezembro de 2019, preço valorado ao PLD + R\$49,50 (reais) e volume envolvido de aproximadamente 19,8 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.

29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOE de 25 de abril de 2019, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Benefícios de curto prazo	6.256	5.706
Benefícios pós-emprego	100	112
Outros benefícios de longo prazo	396	279
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	335
Remuneração baseada em ações (i)	336	232
Total	7.088	6.664

- (i) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

O CPC 48/IFRS 9 Introduziu novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) e contabilidade de hedge. A Administração da Companhia e de suas controladas concluíram que a adoção desse novo pronunciamento não trouxe efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, apenas resultou em alteração das categorias de ativos e passivos financeiros, conforme descrito abaixo.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Mensuração do valor justo	Notas	Consolidado				Categoria
			2019		2018		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa		4	31.838	31.838	152.816	152.816	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)		4	1.129.800	1.129.800	731.157	731.157	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Investimentos de curto prazo (Fundo de Investimentos)		4	201.116	201.116	149.991	149.991	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		5	355.583	355.583	451.900	451.900	Custo amortizado
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge		30.2	-	-	2.723	2.723	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Cauções e depósitos vinculados		9	154.332	154.332	233.555	233.555	Custo amortizado
Total			1.872.669	1.872.669	1.722.142	1.722.142	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores		14	1.228.330	1.228.330	1.111.808	1.111.808	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures		16	4.254.945	4.396.910	4.127.928	4.114.032	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		17	62.727	62.727	-	-	Custo amortizado
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)		30.2	281	281	2.861	2.861	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			38.867	38.867	41.585	41.585	Custo amortizado
Total			5.585.150	5.727.115	5.284.182	5.270.286	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

30.1.1 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

30.2 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

(a) Exposição ao risco de preços entre submercados

Com o objetivo exclusivo de mitigar o risco referente a diferenças de preços entre submercados, a Companhia efetuou operações de compra e revenda entre submercados. Em função das características do referido contrato, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de hedge de fluxo de caixa para o seu registro contábil.

Em dezembro de 2019, os contratos que estavam expostos a diferenças de preços entre os submercados, designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa”, foram encerrados. Os valores acumulados no patrimônio foram transferidos para o resultado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os montantes reconhecidos no resultado da controladora referentes às perdas realizadas em operações de hedge de fluxo de caixa, foram de R\$25.405. O impacto líquido reconhecido na rubrica “custo com energia elétrica comprada para revenda” considerando o resultado do item protegido foi uma perda de R\$151.

(b) Exposição ao risco de moeda estrangeira

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de imobilizado para projetos de geração solar, em 2019 a controlada Inova contratou operações de NDF com vencimento até 04 de março de 2020. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo. No entanto, como a avaliação da efetividade do hedge demonstrou-se ineficiente, as mudanças no valor justo foram reconhecidas nas demonstrações de resultados.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Tietê Inova possui em aberto NDFs com valor nominal de US\$3.112 (R\$12.818), com vencimentos até 04 de março de 2020. O preço médio de exercício das NDFs é de R\$4,12. Os ganhos e perdas acumulados das NDFs da Inova foram registrados no resultado da controlada.

30.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, *compliance*, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a avaliação dos riscos prioritários da Companhia bem como, em bases periódicas, discutir com a administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados pela Administração.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou procedimentos internos.

Auditoria Interna

A Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a eficácia dos controles-chave implementados para garantir a exatidão das demonstrações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O resultado desta avaliação, bem como o status dos planos de ação é periodicamente comunicado à administração da Companhia e aos Conselhos Fiscal e de Administração.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e

Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A partir de 1º de janeiro de 2016, as vendas de energia da Companhia estão sendo efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10.080	103.591	31.838	152.816
Investimentos de curto prazo	1.117.550	848.268	1.330.916	881.148
Contas a receber de clientes	265.505	391.117	355.583	451.900
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.723	-	2.723
Cauções e depósitos vinculados	90.829	105.051	154.332	233.555
Total da exposição	1.483.964	1.450.750	1.872.669	1.722.142

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16)	4.088.228	3.043.360	4.254.945	4.127.928
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(10.080)	(103.591)	(31.838)	(152.816)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(1.117.550)	(848.268)	(1.330.916)	(881.148)
Dívida líquida	2.960.598	2.091.501	2.892.191	3.093.964
Patrimônio líquido	1.451.170	1.523.474	1.451.170	1.523.474
Índice de alavancagem financeira	204,01%	137,28%	199,30%	203,09%

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de dezembro de 2019, 10,85% (2,93% em 31 de dezembro de 2018) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 5,2 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2018).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.7.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2019	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.228.330	-	-	-	-
Debêntures	-	407.690	52.881	1.459.632	2.335.236
Passivo de arrendamento	-	1.063	1.159	4.163	56.342
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	38.867	-	-	-	-
Total	1.267.197	408.753	54.040	1.463.795	2.391.578

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2019.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante consolidado de exposição líquida aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2019 é:

	2019
Caixa e equivalentes de caixa	20.693
Investimentos de curto prazo	1.330.916
Debêntures (nota 16)	(4.321.706)
Total da exposição líquida	(2.970.097)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA, não contemplam os saldos de custos de transação.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31.12.2019	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,16%	4,73%	6,31%	7,89%	9,47%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	20.693	654	979	1.306	1.633	1.960
Investimentos de curto prazo	CDI	1.330.916	42.057	62.952	83.981	105.009	126.038
Impacto no resultado			42.711	63.931	85.287	106.642	127.998

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2019	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,16%	4,73%	6,31%	7,89%	9,47%
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	CDI	(768.544)	(34.593)	(46.816)	(59.117)	(71.417)	(83.718)
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	CDI	(1.404.252)	(58.861)	(81.128)	(103.537)	(125.946)	(148.355)
Impacto no resultado			(93.454)	(127.944)	(162.654)	(197.363)	(232.073)
IPCA			2,05%	3,08%	4,11%	5,13%	6,16%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(89.582)	(8.793)	(9.786)	(10.775)	(11.762)	(12.755)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(78.626)	(7.927)	(8.800)	(9.670)	(10.539)	(11.412)
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(358.528)	(38.193)	(42.197)	(46.183)	(50.167)	(54.171)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA	(199.865)	(17.436)	(19.630)	(21.813)	(23.995)	(26.188)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(351.887)	(31.561)	(35.431)	(39.283)	(43.134)	(47.004)
Debêntures - 8ª Emissão	IPCA	(218.521)	(17.904)	(20.291)	(22.666)	(25.040)	(27.426)
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(663.227)	(45.475)	(52.628)	(59.748)	(66.864)	(74.017)
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(188.674)	(12.937)	(14.971)	(16.997)	(19.021)	(21.056)
Impacto no resultado			(180.226)	(203.734)	(227.135)	(250.522)	(274.029)
Total da exposição líquida			(230.969)	(267.747)	(304.502)	(341.243)	(378.104)

Risco de moeda estrangeira

Com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, as controladas AGV e Inova contrataram instrumentos financeiros derivativos (*Non-Deliverable Forward* (NDF) - vide nota nº 30.2). A taxa média de câmbio considerada para o dólar na data base de 31 de dezembro de 2019 foi obtida na Bloomberg, no valor de R\$4,03.

Instrumentos	Risco	Posição em 31.12.2019	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	(281)	(6.523)	(3.396)	(281)	2.860	5.988
Impacto no resultado			(6.523)	(3.396)	(281)	2.860	5.988

b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº 16.7).

A não observância dos índices financeiros por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, exceto para 8ª Emissão da AES Tietê Energia e 1ª Emissão da AES Tietê Eólica que têm suas verificações anuais, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desde a licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto, não indenizados, uma vez que a regulamentação vigente, publicada para usinas que tiveram sua concessão renovada, ainda não se aplica à Companhia.

Desde julho de 2017, discute-se no setor elétrico uma modernização de seu marco regulatório, o qual passa por propostas específicas capazes de instrumentalizar os conceitos em medidas efetivas de modernização e racionalização econômica do setor elétrico, considerando decisões que orientam a reforma e elementos de coesão, aumento da flexibilidade de aspectos do modelo do setor elétrico, alocação adequada de custos entre os agentes e medidas de sustentabilidade. Atualmente, há três frentes de discussão através do Projeto de Lei 1.917/2015, do Projeto de Lei do Senado 232/2016 e do Grupo de Trabalho do Ministério de Minas e Energia de Modernização do Setor Elétrico. Dentre os itens constantes nos instrumentos citados estão a racionalização de subsídios do setor, incluindo a retirada dos descontos nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ou Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para fontes incentivadas, a abertura do Mercado Livre de Energia, a formação de preço, a mudança de contratação de energia do setor elétrico por produtos com características diversas (Lastro e Energia) e outros. A companhia está acompanhando todas os processos e contribuindo ativamente para garantia de estabilidade regulatória e condições sustentáveis de transição.

(c.2) Risco hidrológico

Geração hidrelétrica no Brasil

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído pelas regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume

acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia hidrelétrica gerada pelos participantes do mecanismo é alocado para cada uma destas usinas hidroelétrica, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de garantia física, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores. A energia secundária alocada será liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do GSF, efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de curto prazo ao PLD.

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, dispõem de um tratamento específico e estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem. Tal tratamento de exposições está, atualmente, em processo público na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Consulta Pública nº 33/2019, que ainda não foi concluída.

Impactos da retração de geração hidroelétrica no MRE / GSF

O despacho hidrelétrico é definido pelo ONS, cujo modelo tem como objetivos principais o atendimento da carga e a minimização do custo total de operação do sistema. Os geradores hidrelétricos devem manter suas usinas disponíveis para serem despachadas pelo ONS e não têm poder de decisão sobre o nível de energia gerada. Dessa forma, o risco resultante desse modelo de operação centralizada é compartilhado apenas entre os geradores hidrelétricos por meio do MRE.

No entanto, considerando a mudança da matriz energética, com maior participação das fontes renováveis (eólica, biomassa e solar) e de fatores que estão fora do controle dos geradores, tais como o despacho fora da ordem de mérito, a antecipação da Garantia Física de usinas estruturantes, a retração do consumo e a importação de energia de países vizinhos, os geradores hidrelétricos ficam expostos, de forma involuntária, a um risco muito superior ao previamente considerado em suas estratégias de contratação.

Assim, desde 2014, o MRE ganhou mais notoriedade no setor elétrico, quando o GSF passou a registrar, mês após mês, um número menor do que 1, isto é, a produção total das hidrelétricas do MRE ficou continuamente abaixo da soma das respectivas garantias físicas, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas das usinas hidrelétricas para efeito da contabilização na CCEE, gerando exposição dos geradores hidrelétricos ao mercado.

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Durante o ano de 2018, foram opostos embargos de declaração pela APINE e ANEEL, além de decisão de 1ª instância pelo Tribunal. Diante disso, em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do mérito das apelações interpostas pela ANEEL e APINE. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 19.4.

Adicionalmente, conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

Paralelamente, em prol da solução para a problemática supracitada, houve o Projeto de Lei (PL) nº 10.332, que versou sobre a repactuação do GSF e considerou o ressarcimento dos riscos não hidrológicos aos geradores que participam do MRE por meio de compensações como extensão das concessões e Encargos de Serviço do Sistema (ESS).

São três os principais riscos que estão previstos para serem ressarcidos aos geradores: despacho fora da ordem de mérito (GFOM), atraso/restrrição de transmissão do escoamento da energia dos projetos estruturantes (Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) e, motorização acelerada da entrada em operação comercial das máquinas destes projetos estruturantes, que aumentou a garantia física dos mesmos sem a correspondente geração de energia. Os efeitos no GSF da GFOM deverão ser ressarcidos de forma retroativa a 2013 e os demais riscos ao início dos respectivos efeitos (2012 ou posterior).

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o texto da Lei do referido PL foi encaminhado para aprovação do Senado Federal (PL 10332 convertido em PLC 77), porém em outubro de 2018 o texto não foi aprovado pelo Senado Federal e por consequência o PLC foi rejeitado. Assim, a questão do risco hidrológico passou a ser discutida no âmbito do PL 10985/2018, aprovado pelo Senado e submetido, em novembro de 2018, à apreciação da Câmara dos Deputados, que, em 26 de junho de 2019, votou favoravelmente ao projeto. Em relação ao texto apresentado pelo Senado, foi feita apenas uma alteração referente à outras demandas e não houve alterações relativas às propostas do GSF. Assim, a matéria retornou ao Senado Federal antes de ser sancionada, cabendo apenas a aceitação ou não da alteração feita. As novas condições estão contidas no PL nº 3.975/19.

A ANEEL não apresentou até o momento nenhuma proposta que contemple os valores do passado, mas se compromete a tratar do deslocamento hidrelétrico provocado pela geração térmica fora da ordem de mérito, e do deslocamento resultante da importação de energia elétrica, além da busca da neutralidade dos efeitos da antecipação de garantia física das hidrelétricas estruturantes e a adequada alocação de vertimentos turbináveis em usinas hidrelétricas.

A Energia Natural Afluente (ENA) verificada em 2019 foi de aproximadamente 74% da Média de Longo Termo (MLT) e verificou-se rebaixamento energia no MRE (GSF<1) de -19,1% devido, principalmente, à hidrologia.

O MME, a fim de subsidiar as discussões no Senado, apresentou a NOTA INFORMATIVA Nº 27/2019/ASSEC contendo informações do montante financeiro envolvido na resolução da questão do risco hidrológico pela via judicial e do montante financeiro resultante da solução do risco hidrológico pela via legislativa com a aprovação do PL, levando em conta os efeitos retroativos.

Formação de Preço e Limites do PLD

Anualmente, no mês de dezembro, a ANEEL estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. Ao longo de 2019, a ANEEL colocou em discussão pública a metodologia de definição desses limites por meio da Audiência 022/2019, a qual culminou na publicação da Resolução Normativa nº 858, de 1º outubro de 2019, que estabeleceu os critérios e os procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do PLD.

Ficaram estabelecidos dois limites máximos para o PLD, sendo um estrutural e o outro horário, atualizados anualmente pelo IPCA. No caso do valor mínimo do PLD, este será calculado considerando o maior valor entre a Tarifa de Energia de Otimização da UHE Itaipu (TEOItaipu) e a Tarifa de Energia de Otimização (TEO) das outras usinas hidrelétricas do SIN.

A discussão se fez necessária dada a deliberação do Ministério de Minas e Energia (MME), Portaria MME nº 301/2019, pela implementação do PLD em granularidade horária a partir de janeiro de 2021.

Na mesma decisão, ficou estabelecido, que a partir de janeiro de 2020, o ONS deverá adotar o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) na programação de operação, reduzindo assimetrias de informações e permitindo maior reprodutibilidade por parte dos agentes.

Paralelamente, até 31 de dezembro de 2020, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) deverá disponibilizar, diariamente, o PLD horário resultante da Operação Sombra para a formação do PLD, cujo resultado da contabilização, considerando o PLD horário, será divulgado aos agentes mensalmente, apenas com caráter informativo.

Em 17 de dezembro de 2019 foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.655/2019, que estabeleceu os limites máximos e mínimos do PLD para o ano de 2020. O PLD mínimo e máximo estrutural foi definido em R\$ 39,68/MWh e R\$ 559,75/MWh, respectivamente (PLD mínimo de R\$ 42,35/MWh e máximo de R\$ 513,89/MWh para o ano de 2019).

(c.3) Risco de recontração (volume, preço e diferença de submercado)

A estratégia da Companhia é vender energia tanto no ambiente regulado quanto no livre para assegurar a receita da empresa em contratos de venda. Os preços de recontração dependem do comportamento e das práticas de mercado e a estratégia de volume de contratação prevê uma reserva para proteção contra o risco hidrológico.

Destaca-se que a Companhia poderá estar sujeita ao risco de diferença de preços entre submercados caso opte por vender energia fora do submercado no qual a sua garantia física está localizada. Neste caso, caso ocorra diferença de preços, a Companhia deverá assumir a variação positiva ou negativa de preços no mercado de curto prazo.

A Companhia efetuou operações comerciais para mitigar o risco de exposições à diferença de preços entre submercado, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.2.

(c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.5) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na

redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.6) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

Visando o cumprimento da legislação ambiental, a mitigação de eventuais impactos e a melhoria contínua de seus processos de controle, a Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001 para as usinas hidrelétricas. Além disso, todos os empreendimentos em operação possuem licenças ambientais válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No que se refere à segurança das barragens, a Companhia realiza o monitoramento constante das estruturas de barragens das usinas e pequenas centrais hidrelétricas sob sua concessão, acompanhando o seu comportamento por meio de um conjunto de instrumentos para monitoramento estrutural (como pressão e vazão da água). A Companhia possui também um sistema operacional para situação de emergência (SOSEm), que define procedimentos e plano de comunicação no caso de enchentes e perigos de alagamento.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por cada descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000. Há também a necessidade de reparação ou compensação do dano ambiental, se constatado. Em determinadas hipóteses previstas em lei, a ocorrência de eventos danosos ao meio ambiente e o descumprimento de normas e exigências podem se caracterizar como crime ambiental, ocasiões nas quais tanto a empresa quanto seus gestores podem ser responsabilizados.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da AES, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da AES, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país incluindo em nosso Planejamento Estratégico e na gestão das práticas empresariais as diretrizes representadas pelos seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Empresa Amiga da Criança.

(c.7) Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Há um acordo judicial assinado em outubro de 2018 com Governo de São Paulo, concedendo 6 anos para cumprir a obrigação, vide nota explicativa nº 1.2.

(c.8) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

31 SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31/12/2019	31/12/2020	4.140.000
Seguro terrorismo	31/12/2019	31/12/2020	1.125.000
Vida em grupo	01/01/2020	01/01/2021	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.562
Responsabilidade civil geral	01/04/2019	01/04/2020	40.000
Riscos ambientais	01/04/2019	01/04/2020	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2019	01/04/2020	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	01/04/2019	01/04/2020	100.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo e os seguros de construção do Complexo Solar Ouroeste. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice. O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

32 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

32.1 Transações não caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Compensações de PIS e COFINS	99.269	110.856	100.395	111.749
Compensações de IRPJ e CSLL	12.721	17.237	12.721	17.237
Total das compensações	111.990	128.093	113.116	128.986

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	248.336	194.935	271.779	278.658
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	4.343	1.647	23.257	9.694
Total de pagamento de juros	252.679	196.582	295.036	288.352

32.2 Atividade de financiamento

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.458.404	11.646	2.470.050	3.589.621	11.646	3.601.267
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	1.450.000	-	1.450.000	1.450.000	-	1.450.000
Pagamentos de principal	(900.592)	(270.061)	(1.170.653)	(960.904)	(270.061)	(1.230.965)
Diferimento custos de transação	(24.000)	-	(24.000)	(24.000)	-	(24.000)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(194.935)	-	(194.935)	(278.658)	-	(278.658)
Juros capitalizados (nota 28)	(1.647)	-	(1.647)	(11.004)	-	(11.004)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida (nota 28)	218.964	-	218.964	312.109	-	312.109
Variação monetária	36.744	-	36.744	50.342	-	50.342
Arrendamento financeiro	422	-	422	422	-	422
Destinação de dividendos	-	300.201	300.201	-	300.201	300.201
Prescrição de dividendos (nota 23)	-	(201)	(201)	-	(201)	(201)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.043.360	41.585	3.084.945	4.127.928	41.585	4.169.513
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	2.200.000	-	2.200.000	2.200.000	-	2.200.000
Pagamentos de principal	(1.183.459)	(324.142)	(1.507.601)	(2.102.790)	(324.142)	(2.426.932)
Diferimento custos de transação	(42.027)	-	(42.027)	(43.580)	-	(43.580)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(248.336)	-	(248.336)	(271.779)	-	(271.779)
Juros capitalizados (nota 28)	(4.343)	-	(4.343)	(23.257)	-	(23.257)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	267.286	-	267.286	305.026	-	305.026
Variação monetária	56.575	-	56.575	64.225	-	64.225
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos	-	321.944	321.944	-	321.944	321.944
Prescrição de dividendos (nota 23)	-	(520)	(520)	-	(520)	(520)
Demais movimentações	(828)	-	(828)	(828)	-	(828)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.088.228	38.867	4.127.095	4.254.945	38.867	4.293.812

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

33 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2019	Controladora						Total
	2020	2021	2022	2023	2024	após 2025	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	8.169	8.169	8.169	8.169	8.169	49.016	89.861
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	149.523	149.523	149.523	149.523	149.523	897.139	1.644.754
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	58.287	58.287	58.287	58.287	58.287	349.720	641.155
Encargos de conexão	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	17.618	32.298
Modernização e manutenção de usinas	69.222	30.243	20.052	13.332	2.965	-	135.814
Contratos de compra de energia	137.863	117.324	100.869	10.087	-	-	366.143
Total	426.000	366.482	339.836	242.334	221.880	1.313.493	2.910.025

Posição em 31 de dezembro de 2019	Consolidado						Total
	2020	2021	2022	2023	2024	após 2025	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	12.054	12.054	12.054	12.054	12.054	101.899	162.169
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	166.248	166.248	166.248	166.248	166.248	1.311.665	2.142.905
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	58.287	58.287	58.287	58.287	58.287	349.720	641.155
Encargos de conexão	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	17.618	32.298
Modernização e manutenção de usinas	91.659	52.680	42.489	35.769	25.402	-	247.999
Contratos de compra de energia	137.863	117.324	100.869	10.087	-	-	366.143
Total	469.047	409.529	382.883	285.381	264.927	1.780.902	3.592.669

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de dezembro de 2019.

34 INVESTIMENTOS E GASTOS EM MEIO AMBIENTE

Do total de investimentos e despesas com meio ambiente em 2019, R\$17.637 (R\$10.850 em 31 de dezembro de 2018) foram registrados no resultado do exercício. A política de capitalização das despesas é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

	Consolidado	
	2019	2018
Licenciamento e programas ambientais	14.612	8.961
Gestão Operacional	88	143
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	2.840	725
Projetos de P&D	97	1.021
Total	17.637	10.850

A Companhia segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2019, a Companhia realizou a manutenção da certificação do sistema de gestão integrado na ISO 14001:2015 (Meio Ambiente) e implantou a ISO 45001:2018 (Segurança e Saúde do Trabalho), ambas com escopo de expansão para usinas hidrelétricas, solares e eólica, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

O engajamento da Companhia na questão das mudanças climáticas tem sido crescente. Em 2019, manteve a publicação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões e a participação nos Fóruns de Iniciativas Empresariais coordenadas pela Fundação Getúlio Vargas - Empresas pelo Clima (EPC). Respondeu o relatório CDP (Carbon Disclosure Project) Climate Change e Water Security e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas ao tema.

A Companhia desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

- (i) O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio, com sementes coletadas em matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal. O programa ainda auxilia projetos de restauração ecológica através de apoio técnico no diagnóstico das áreas, na indicação de metodologias viáveis e, principalmente, com a doação de mudas de árvores nativas;
- (ii) O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictiofauna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Dessa forma, mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aquicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, promovendo a reprodução de seis espécies nativas (pacu-guaçu, curimatá, dourado, piranjuba, tabarana e piapara), observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nos reservatórios;
- (iii) O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos;
- (iv) O programa de monitoramento e conservação da fauna tem como objetivo caracterizar a fauna terrestre (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), para a compreensão da situação atual, permitindo a avaliação das populações e do ecossistema.

O monitoramento e controle das bordas de reservatórios são realizados através de inspeções contínuas pela equipe técnica do Centro de Monitoramento de Reservatórios (CMR), através de sistema de detecção de mudanças, imagens de satélite, levantamentos aerofotogramétricos e fiscalizações de campo com equipe técnica especializada. O CMR utiliza sistemas e equipamentos de última geração, para mapeamento e cadastramento em campo, como sistema GIS e drones. O processo de restauração das bordas dos reservatórios vem sendo realizada por meio de reflorestamentos e pela remoção de ocupações irregulares. Critérios mais restritivos vêm sendo inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, com base na legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

35 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição e adquiriu 8 SPE's relacionadas ao Projeto Tucano, no valor de R\$100.378. As novas Companhias serão usadas para construir o Parque Eólico e atender os PPA's de longo prazo de Unipar e Anglo. O projeto total tem a capacidade de energia eólica de 483,6 MW.